

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008.
Área Temática: Política de Crédito**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Governo conclui renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 07/05/2008.....	4
Verba para subsídio de imóvel rural aumenta para R\$ 1,5 bi – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008.....	5
MP de dívidas exclui rolagem de inadimplente - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 07/05/2008.....	6
Governo terá política de apoio em 30 dias, diz Stephanes - CNA - 08/05/2008.....	7
Agricultor familiar terá mais recursos – Sítio Eletrônico da CONAB – 08/05/2008.....	8
Na rolagem de dívidas, agricultura familiar é privilegiada - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 08/05/2008.....	8
Conab propõe nova política de preços mínimos para estimular produção agrícola – Sítio Eletrônico da CONAB – 09/05/2008.....	9
Assentamento recebe R\$ 3 milhões do Pronaf A no MA – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008.....	10
Governo conclui renegociação de dívidas da agricultura familiar - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafusl - 12 de maio de 2008.....	10
Bancos não prorrogam prazo para investimento – CNA - 13/05/2008.....	12
Plano Safra: R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 14/05/2008.....	13
Crediamigo do Banco do Nordeste comemora 10 anos e investe mais de R\$ 4 milhões no Distrito Federal – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008.....	14
Mudanças na política de preços mínimos - Mauro Zanatta- Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 15/05/2008.....	15

Segunda Quinzena

Ruralistas querem mais benefícios - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 16/05/2008.....	17
Mudança nas regras de financiamento do Pronaf – Lauro Mattei – Carta Maior – 21/05/2008.....	18
Pagamento da dívida consome dinheiro da safra – CNA - 21/05/2008.....	21
Fundos negociam até 8 vezes mesma safra – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008.....	27
Investidor quer proteção no mercado futuro – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008.....	29
Negócios do mercado futuro no Brasil avançam 81% neste ano – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008.....	30
Agropauta: Medida provisória da reestruturação da dívida rural será assinada nesta terça-feira – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/05/2008.....	31
Risco-commodity – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2008.....	32
Stephanes: reestruturação da dívida rural e Fundo de Catástrofe são complementares – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/05/2008.....	33
MP das dívidas agora incluirá inadimplentes - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/05/2008.....	35

Governo anuncia renegociação das dívidas agrícolas – Sítio Eletrônico da Contag - 28/05/2008.....	36
Pacote agrícola dá alívio de R\$ 75 bilhões – Iuri Dantas e Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008.....	36
Medidas são insuficientes, dizem ruralistas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008.....	38
Presidente temia perder ativo político – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008.....	39
Dívida escancara contraste entre produção e política – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008.....	40
Débito sobe 250% desde 95, aponta deputado – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008.....	41
Vem aí um novo perdão para os agricultores - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 28/05/2008.....	42
MP que reestrutura a dívida rural abrange R\$ 75 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/05/2008.....	43
Ministro da Agricultura recomenda adesão dos produtores à reestruturação da dívida – Sítio Eletrônico do MMA – 28/05/2008.....	45
Anunciada a quarta rolagem desde 1995 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2008.....	45
Remediar ou prevenir – Folha de São Paulo – Opinião – 29/05/2008.....	46
Stephanes admite emendas do Congresso na renegociação – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2008.....	47
Ruralistas querem ajustes na MP da rolagem da dívida - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008.....	48
Renegociação de dívidas terá despesa extra – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008.....	49
Garantia-Safra atende agricultor atingido por enchente – Sítio Eletrônico do MDA – 30/05/2008.....	49

Governo conclui renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 07/05/2008

O Governo Federal anunciou um conjunto de medidas para a agricultura familiar e para os assentados da reforma agrária, concluindo o processo de renegociação do setor. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marcelo Cardona, destaca que foi concluído um rico processo de negociação que envolveu, além do MDA, o Ministério da Fazenda e representantes dos movimentos sociais. “O Governo concluiu um conjunto de medidas que permitem a reinserção de uma parcela significativa de agricultores familiares que estavam fora do sistema financeiro oficial, além de implementar medidas efetivas, que pretendem recuperar a capacidade de investimento dos agricultores, proporcionando aumento da produção e da renda”, afirma Cardona.

As medidas poderão beneficiar um público estimado em 679 mil contratos, em um volume de recursos a serem renegociados no montante de R\$ 5 bilhões. Nos próximos dias deverão ser encaminhados os atos necessários para a concretização do que foi negociado com os representantes dos agricultores familiares.

Dentre as medidas anunciadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário destaca a concessão de rebate de 15% a 35% sobre o saldo das operações Pronaf custeio contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006 e prorrogadas, os quais são somados aos bônus de adimplência contratuais, ou permissão para renegociação, com acréscimo de mais dois anos de prazo e redução das taxas de juros. Os financiamentos para o grupo B do Pronaf que estiverem inadimplentes poderão renegociar o saldo devedor em até 2 anos, sendo que as operações contratadas até 31/12/2005 terão um rebate adicional de 10 pontos percentuais, a ser somado ao bônus de adimplência contratual caso liquidem a operação em 2008.

Outra medida é a permissão para renegociação das operações de investimento do Pronaf (grupos C, D e E), que estiverem em situação de inadimplência 2008, concedendo um ano para cada ano não pago, limitado a quatro anos. Para os municípios que decretaram Estado de Emergência ou Calamidade após 1º de julho de 2007, desde que reconhecido pelo Governo Federal, cujos danos provocados pelos motivos que originaram as respectivas solicitações, tenham afetado negativamente a produção da safra agrícola 2007/2008, fica dispensado o pagamento mínimo de 30% do saldo vencido em 2008 (sem limite).

Também será permitido, até o limite de 30% da carteira, nos casos de comprovada incapacidade de pagamento e por meio da análise caso a caso, a renegociação de operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais que estavam em situação de inadimplência em 1/04/2008. Nos municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade pública não se aplica a limitação de 30% da carteira para renegociações, ficando ainda dispensado o pagamento mínimo em 2008.

Para os financiamentos do Pronaf A e A/C será permitido renegociar os saldos inadimplidos, além da concessão de bônus adicionais para liquidação de operações antigas. Serão reduzidas as taxas de juros das operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário de 6,5% para 5%, de 5,5% para 4%, de 4% para 3% e de 3% para 2% aa, além de permitir a renegociação do saldo devedor inadimplente.

Taxas de juros serão reduzidas - Outra medida que deve beneficiar os agricultores familiares e assentados da reforma agrária é a redução das taxas de juros das operações do Programa Banco da Terra ou Cédula da Terra: de 10% para 5%, de 8% para 4% e de 6% para 3% aa.; concessão de bônus de adimplência de até 40% (na região dos semi-árido) sobre o saldo devedor; além de permitir a renegociação do saldo devedor inadimplente.

O processo de renegociação com os representantes do setor também garantiu a possibilidade de individualização dos contratos coletivos do Programa Banco da Terra ou Cédula da Terra realizados até Dez/04; permitir a renegociação de dívidas com recursos dos Fundos Constitucionais referentes a operações de crédito rural de investimento contratadas ou renegociadas no período de 1/01/1999 a 31/12/2007, em situação de inadimplência.

O Governo irá permitir a concessão de rebate de até 50% do saldo devedor das operações do Programa de Aquisição de Alimentos – Compra antecipada efetuadas em 2003 e 2004, para liquidação integral até 2010. Será autorizada a ampliação do prazo, em até dois anos, do vencimento das operações de custeio rural efetuados com recursos da Poupança Rural, dos recursos controlados e dos Programas Pronaf, Proger Rural e FAT Giro Rural, contratados até 30/06/2006 e prorrogados.

O Governo também irá conceder descontos adicionais para os mutuários da área da SUDENE, exceto as áreas de cerrado, de 10 pontos percentuais para liquidação das operações da Securitização I e II e para liquidação das operações inscritas na DAU até 01/05/2008.

Também será criado um mecanismo para atendimento pelo MDA de ações emergenciais, a iniciar pelos municípios atingidos pelo surto de aftosa em 2005 no Mato Grosso do Sul.

Verba para subsídio de imóvel rural aumenta para R\$ 1,5 bi – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008

O governo cedeu à pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aumentou o subsídio para a compra de habitações populares na área rural. Neste ano, o orçamento do FGTS terá mais R\$ 350 milhões, passando a R\$ 1,55 bilhão, para serem aplicados a fundo perdido em projetos de moradia popular para famílias de baixa renda. Desse volume, R\$ 194 milhões serão reservados para aproximadamente 30 mil famílias que ganham até R\$ 760 mensais e vivem na área rural. Anteriormente, eram R\$ 139,5 milhões.

A negociação foi iniciada em 16 de abril, quando cerca de 300 manifestantes do MST invadiram a sede da Caixa Econômica Federal, em Brasília. A pressão chegou até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que orientou seus ministros a encontrarem uma solução. Ontem, os integrantes do Conselho Curador do FGTS aprovaram a elevação do subsídio. O secretário-executivo do conselho, Paulo Furtado, também informou que muitos projetos de habitação popular dependem de contrapartidas dos municípios e, em pleno ano

eleitoral, os prazos de contratação são menores. "Olhamos para as pessoas e não para municípios", disse.

Os conselheiros também aprovaram um regulamento sobre a aplicação dos recursos nos Fundos de Investimento em Infra-estrutura (FI-FGTS). Definiram que o limite de 40% para cada um dos seis segmentos beneficiados - energia, saneamento, ferrovias, rodovias e portos - é calculado sobre o máximo de recursos (R\$ 17,1 bilhões ou 80% do patrimônio líquido) que podem lastrear o FI-FGTS. A disponibilidade inicial aprovada é de R\$ 5,6 bilhões, que devem ser absorvidos por seis projetos de geração de energia: as usinas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, e mais quatro investimentos de pequeno e médio portes.

Com o objetivo de desburocratizar a liberação de recursos do FGTS para o saneamento, os conselheiros também aprovaram o fim dos critérios por Estado. A partir de agora, o Ministério das Cidades decidirá de acordo com a demanda de projetos maduros, sem considerar a unidade federativa onde estão alocados. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informou que um grupo técnico do Conselho Curador vai assessorar a Caixa na tarefa de desburocratizar os empréstimos com recursos do FGTS.

MP de dívidas exclui rolagem de inadimplente - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 07/05/2008

A medida provisória das dívidas rurais, que deve ser publicada na próxima semana, não incluirá a renegociação dos débitos de produtores inadimplentes nem o passivo de operações com risco de crédito assumido por instituições bancárias. O governo também não prevê a concessão de carência generalizada para o refinanciamento das dívidas de R\$ 66 bilhões dos empresários rurais e de R\$ 13,4 bilhões dos produtores familiares e assentados da reforma agrária.

Na última versão do texto, obtido pelo Valor, o governo oferece aos cerca de três milhões de contratos a suspensão das execuções de dívidas para quem aderir à nova repactuação dos débitos rurais, tratamento especial para produtores do Nordeste e carência de um ano para agricultores situados em áreas de emergência ou calamidade reconhecidas pelo governo. A linha para repactuação das dívidas com fornecedores (FRA) será estendida até 30 de setembro deste ano. A nova renegociação deve custar R\$ 10 bilhões ao Tesouro e aos fundos constitucionais até 2025.

Em linhas gerais, a MP garante aos beneficiários a substituição de indexadores, expurgo de encargos por inadimplência, prazo adicional de até 17 anos para pagamento, descontos e prazos para liquidação total da dívida, bônus progressivos para renegociação e diluição dos valores ao longo dos contratos. Em contrapartida, estabelece o pagamento de um percentual como "pedágio" para adesão e outro como "multa" para não "premiar" inadimplentes.

Os parlamentares da bancada ruralista consideram satisfatória a nova rodada de repactuação, mas ainda tentarão estabelecer mecanismos permanentes de concessão de bônus de adimplência na MP. Caso contrário, as alterações devem ser apresentadas sob a forma de emendas ao texto da medida ao longo da tramitação no Congresso.

Para as dívidas de R\$ 7,8 bilhões com o programa de securitização, alongadas por 25 anos, o governo oferece a troca da Selic mais 1% ao ano pelo IPCA mais 6% ao ano. A

medida funciona como "multa" pela inadimplência. Mas exclui a correção por equivalência-produto e pelo preço mínimo. Também redistribui os valores renegociados entre 2008 e 2025. Com isso, aumenta os valores das parcelas anuais. Dá, ainda, bônus de 15% a 45% para quitação total. No Nordeste, os bônus sobem para 25% a 55% do saldo devedor. Nos R\$ 2,65 bilhões de débitos da securitização sem benefícios do alongamento anterior, o produtor poderá pagar "pedágio" de 2% sobre saldo para rolar o total até 2025.

O passivo de R\$ 2,6 bilhões vinculado aos juros do programa de saneamento de ativos (Pesa) terá bônus progressivos, encargos originais do contrato (IGP-M mais 8%, 9% ou 10% ao ano), mas sofrerá pedágio de 5% do saldo devedor para adesão. Nesse caso, poderá financiar a quitação total da dívida a juros de 6,75% ao ano e prazo de até quatro anos.

Para as cooperativas incluídas no Recoop, o governo oferece bônus de 15% (2008), 12% (2009) e 9% (2010) para quitação. Nesse caso, os benefícios atingem R\$ 150 milhões do total de R\$ 800 milhões em débitos. Mas as parcelas renegociadas poderão ser roladas até 2018. Os produtores de café com dívidas com o Funcafé poderão, pela MP, ter bônus entre 10% e 25% e redução dos juros contratuais de 5,75% para 3,75% ao ano com prazo até 2020 para quitação. Mas terão de pagar 5% para aderir.

Para os débitos de custeios prorrogados em anos-safra anteriores, mesmo que tenham como fonte os fundos constitucionais, o governo reservou a redução dos juros de 8,75% para 6,75% ou 6,25% (Proger); de 11,25% para 8,75% (FAT Giro); e para 10,5% dos contratos com recursos livres. Os prazos adicionais serão de dois anos, mas a parcela de 2008 deverá ser paga até 1º de julho. Nos municípios em estado de emergência ou calamidade, haverá rolagem dos débitos e carência de um ano com mais dois de prazo para quitação. Mato Grosso e Rio Grande do Sul não terão condições especiais.

Nos investimentos, o governo reduziu os juros (8,75% para Prodecoop; 10,25% para Finame; e 9,5% para Moderfrota), deu três anos de prazo para quitação e permitiu pagar 40% da parcela de 2008 até 1º de outubro. Para os fundos constitucionais, haverá recálculo e até sete anos para pagar, mas com pedágio de 2% e bônus limitado a dívidas de até R\$ 50 mil. Na dívida ativa da União, haverá bônus de 40% a 75% para liquidar ou descontos para renegociar em cinco anos com juros de Selic. O Nordeste terá bônus de 50% a 85% do saldo.

Governo terá política de apoio em 30 dias, diz Stephanes - CNA - 08/05/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou hoje (8/5) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocará uma reunião entre ministros para discutir uma política de apoio à produção de quatro produtos agrícolas considerados como "sensíveis" pelo governo. São eles: trigo, arroz, milho e feijão. Segundo ele, esse encontro deve acontecer nos próximos dez dias e a política será anunciada num prazo de 30 dias. Stephanes não disse o nome dos ministros que devem participar da reunião com Lula, mas é possível que, além dele, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participem do encontro.

Segundo Stephanes, a idéia do governo é estimular a produção desses produtos por meio de liberação de crédito, garantia de preço mínimo para o período de comercialização e

seguro rural. No caso do feijão, por exemplo, o ministro contou que os preços subiram de R\$ 60/sc para R\$ 210/sc, o que teve impacto de 0,5% nos índices de inflação.

Os preços subiram, segundo ele, porque as cotações, no passado, chegaram a R\$ 35/sc, o que desestimulou o plantio. "Os produtores não plantaram porque os preços estavam baixos e não havia uma política de garantia de preço", afirmou ele, lembrando que a consequência foi a redução da oferta interna. O ministro disse que, nesse caso, o ideal seria que o governo definisse o preço mínimo de garantia entre R\$ 60 e R\$ 80/sc.

No caso do arroz, o ministro avaliou que esse cereal é produzido pra consumo interno na maioria dos países, e que apenas 25% da safra mundial são exportados. Só a Austrália exporta 10% desse total, mas problemas climáticos naquele país reduziram a oferta mundial. Stephanes lembrou ainda que os preços do arroz no mercado externo subiram muito mais do que no mercado interno. No exterior, os preços chegaram subir 120%, enquanto a oscilação no mercado interno foi de 35%.

Mesmo diante desse quadro, ele negou que haja risco de desabastecimento e lembrou que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem estoques, assim como as grandes marcas que trabalham no País. Ele disse que haveria um problema no mercado interno, caso as exportações de arroz fossem de dois milhões de toneladas, o que não deve acontecer.

Agricultor familiar terá mais recursos – Sítio Eletrônico da CONAB – 08/05/2008

A partir de hoje, associações e cooperativas de agricultores familiares que se beneficiam dos mecanismos de Formação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo teto é de R\$ 3.500, poderão também ter acesso a outra parcela de mesmo valor disponível em outras modalidades. A condição é que o pagamento à Conab pela formação de estoques seja feito em espécie.

O decreto nº 6.447, assinado pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, foi publicado nesta quarta-feira (8) no Diário Oficial da União. Outra decisão é a inclusão do Ministério da Educação (MEC) no grupo gestor do PAA, formado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Fazenda (MF), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Planejamento (MP) e Desenvolvimento Agrário (MDA).

O novo ato estabelece também que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) definirá a sistemática e os procedimentos adicionais em relação aos produtos adquiridos para o atendimento da alimentação escolar.

Na rolagem de dívidas, agricultura familiar é privilegiada - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 08/05/2008

A oferta do governo para a renegociação das dívidas do setor rural dá tratamento privilegiado ao passivo de R\$ 13,4 bilhões vinculado a produtores familiares e assentados da reforma agrária na comparação com os benefícios facultados à agricultura empresarial.

A última versão da medida provisória das dívidas prevê bônus, descontos e prazos de quitação maiores, juros menores e "pedágios" e "multas" para adesão ao refinanciamento inferiores aos oferecidos ao passivo de R\$ 66 bilhões do segmento empresarial. Também

inclui desconto de 30% para liquidação de custeios de 2007/08 sem cobertura do Proagro Mais.

Os produtores familiares dos grupos "C", "D" e "E" terão nas operações de custeio bônus de 15% a 35% e três anos de prazo adicional de pagamento a partir de 2009. Débitos com investimentos terão o mesmo bônus, 4 anos de prazo e o benefício de pagar 30% da parcela de 2008.

Para aderir aos termos, os produtores precisam pagar um "pedágio" de 1% sobre saldo devedor e uma "multa" de 2% ao ano adicional aos encargos contratuais. Aos grandes produtores não foram oferecidos bônus para custeios prorrogados e exigida a quitação da parcela deste ano até 1º de julho, sem carência. O prazo extra foi de dois anos, mas houve redução de juros de 8,75% para 6,75% ao ano. Nos investimentos, ganharam mais três anos e terão de pagar 40% da parcela de 2008.

Produtores do grupo "B" com dívidas de fundos constitucionais terão rolagem de 2 anos a partir de 2009, rebate adicional de 10% para quitação de operações anteriores a 2006. Para aderir, devem pagar pedágio de 1%, mais multa de 1% ao ano sobre encargo contratual. Empresariais terão prazo de até 4 anos, multa de 2% ao ano em cada parcela e pedágio de 2% sobre saldo sem bônus para débitos acima de R\$ 50 mil.

Assentados incluídos no grupo "A" terão tratamentos diferentes para os débitos. Para contratos com juros pré-fixados, haverá bônus progressivos, prazo de até 4 anos após o fim dos contratos, além de pedágio de 1% e multa de 1% ao ano além dos encargos normais. Em contratos com taxas variáveis, haverá trava nos juros até 3,25% e renegociação com taxas de 1,15% ao ano, e substituição dos bônus por desconto de 40% sobre o principal. Para contratos adimplentes anteriores a 2004, haverá desconto de 60% a 65% para quitação. No Proagro, terá bônus, multa de 1% e os descontos para liquidação serão progressivos - 90% (2008), 85% (2009) e 80% (2010). Se renegociar, o rebate será de 90%, mas sem bônus.

Conab propõe nova política de preços mínimos para estimular produção agrícola – Sítio Eletrônico da CONAB – 09/05/2008

A Conab vai levar ao Ministério da Agricultura, na próxima semana, proposta para a criação de uma nova modalidade de garantia de preços mínimos diferenciados para os agricultores. A idéia é fixar dois valores: um mais elevado, em que o beneficiário poderá vender sua safra até certo limite, de forma a tornar o preço mais remunerador e estimular a produção de alimentos; e outro menor, destinado aos demais participantes.

De acordo com a proposta, as culturas que fazem parte da lista são arroz, feijão, leite, mandioca, milho e trigo. Para os técnicos da estatal, a nova regra vai promover o aumento da produção agrícola. Com isso, a Conab calcula que o Brasil passaria a manter um estoque mínimo de segurança de até 8 milhões de toneladas de alimentos.

Assentamento recebe R\$ 3 milhões do Pronaf A no MA – Sítio Eletrônico do MDA – 09/05/2008

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Maranhão realiza neste sábado (10) o repasse de R\$ 3 milhões em recursos do Pronaf A para o assentamento Luiz Inácio Lula da Silva, no município de Tuntum (MA). Durante a solenidade, além da assinatura dos contratos, serão entregues 300 casas, uma escola de ensino médio e uma quadra esportiva coberta, construídas pelo Governo do Estado.

A solenidade começa às 9h, com as presenças do governador Jackson Lago; do Superintendente do Banco do Nordeste, Francisco José de Moraes Alves; do Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário no Maranhão, José Inácio Rodrigues, e de diversas autoridades. No assentamento Luiz Inácio Lula da Silva, criado há cinco anos, vivem cerca de 300 famílias.

Governo conclui renegociação de dívidas da agricultura familiar - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 12 de maio de 2008

O Governo Federal anunciou um conjunto de medidas para a agricultura familiar e para os assentados da reforma agrária, concluindo o processo de renegociação do setor. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marcelo Cardona, destaca que foi concluído um rico processo de negociação que envolveu, além do MDA, o Ministério da Fazenda e representantes dos movimentos sociais. “O Governo concluiu um conjunto de medidas que permitem a reinserção de uma parcela significativa de agricultores familiares que estavam fora do sistema financeiro oficial, além de implementar medidas efetivas, que pretendem recuperar a capacidade de investimento dos agricultores, proporcionando aumento da produção e da renda”, afirma Cardona.

As medidas poderão beneficiar um público estimado em 679 mil contratos, em um volume de recursos a serem renegociados no montante de R\$ 5 bilhões. Nos próximos dias deverão ser encaminhados os atos necessários para a concretização do que foi negociado com os representantes dos agricultores familiares.

Dentre as medidas anunciadas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário destaca a concessão de rebate de 15% a 35% sobre o saldo das operações Pronaf custeio contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006 e prorrogadas, os quais são somados aos bônus de adimplência contratuais, ou permissão para renegociação, com acréscimo de mais dois anos de prazo e redução das taxas de juros. Os financiamentos para o grupo B do Pronaf que estiverem inadimplentes poderão renegociar o saldo devedor em até 2 anos, sendo que as operações contratadas até 31/12/2005 terão um rebate adicional de 10 pontos percentuais, a ser somado ao bônus de adimplência contratual caso liquidem a operação em 2008.

Outra medida é a permissão para renegociação das operações de investimento do Pronaf (grupos C, D e E), que estiverem em situação de inadimplência 2008, concedendo um ano para cada ano não pago, limitado a quatro anos. Para os municípios que decretaram Estado de Emergência ou Calamidade após 1º de julho de 2007, desde que reconhecido

pelo Governo Federal, cujos danos provocados pelos motivos que originaram as respectivas solicitações, tenham afetado negativamente a produção da safra agrícola 2007/2008, fica dispensado o pagamento mínimo de 30% do saldo vencido em 2008 (sem limite).

Também será permitido, até o limite de 30% da carteira, nos casos de comprovada incapacidade de pagamento e por meio da análise caso a caso, a renegociação de operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais que estavam em situação de inadimplência em 1/04/2008. Nos municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade pública não se aplica a limitação de 30% da carteira para renegociações, ficando ainda dispensado o pagamento mínimo em 2008.

Para os financiamentos do Pronaf A e A/C será permitido renegociar os saldos inadimplidos, além da concessão de bônus adicionais para liquidação de operações antigas. Serão reduzidas as taxas de juros das operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário de 6,5% para 5%, de 5,5% para 4%, de 4% para 3% e de 3% para 2% aa, além de permitir a renegociação do saldo devedor inadimplente.

Taxas de juros serão reduzidas

Outra medida que deve beneficiar os agricultores familiares e assentados da reforma agrária é a redução das taxas de juros das operações do Programa Banco da Terra ou Cédula da Terra: de 10% para 5%, de 8% para 4% e de 6% para 3% aa.; concessão de bônus de inadimplência de até 40% (na região dos semi-árido) sobre o saldo devedor; além de permitir a renegociação do saldo devedor inadimplente.

O processo de renegociação com os representantes do setor também garantiu a possibilidade de individualização dos contratos coletivos do Programa Banco da Terra ou Cédula da Terra realizados até Dez/04; permitir a renegociação de dívidas com recursos dos Fundos Constitucionais referentes a operações de crédito rural de investimento contratadas ou renegociadas no período de 1/01/1999 a 31/12/2007, em situação de inadimplência.

O Governo irá permitir a concessão de rebate de até 50% do saldo devedor das operações do Programa de Aquisição de Alimentos – Compra antecipada efetuadas em 2003 e 2004, para liquidação integral até 2010. Será autorizada a ampliação do prazo, em até dois anos, do vencimento das operações de custeio rural efetuadas com recursos da Poupança Rural, dos recursos controlados e dos Programas Pronaf, Proger Rural e FAT Giro Rural, contratados até 30/06/2006 e prorrogados.

O Governo também irá conceder descontos adicionais para os mutuários da área da SUDENE, exceto as áreas de cerrado, de 10 pontos percentuais para liquidação das operações da Securitização I e II e para liquidação das operações inscritas na DAU até 01/05/2008.

Também será criado um mecanismo para atendimento pelo MDA de ações emergenciais, a iniciar pelos municípios atingidos pelo surto de aftosa em 2005 no Mato Grosso do Sul.

Bancos não prorrogam prazo para investimento – CNA - 13/05/2008

Praticamente todas as instituições financeiras, com exceção do Banco do Brasil, ignoram a Resolução 3.563 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que concedeu prazo adicional até 1º de outubro para pagamento das parcelas de dívidas de financiamento de investimento que venceriam entre 1º de abril e 30 de setembro.

É o que denunciam os produtores rurais do estado do Paraná. A informação já foi confirmada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). De acordo com a Federação, o prazo de espera foi adotado pelo governo, que não editou as medidas de reestruturação das dívidas agrícolas até o momento.

Nos investimentos, estão previstos a redução nos juros e o alongamento do prazo de reembolso das dívidas vigentes. Dessa forma, os produtores não poderão se beneficiar dessas medidas enquanto o governo não editar uma Resolução no CMN.

De acordo com a FAEP, muitos produtores estão com a parcela de 15 de abril em aberto e são pressionados a pagar, também, a parcela de 15 de maio. Com isso, eles correm o risco de ter os nomes incluídos em listas de restrições de crédito e de pagar multas e juros de mora.

Os produtores, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, acreditam que as parcelas têm prazo de espera de forma automática. Porém, eles são surpreendidos com a cobrança de alguns agentes financeiros. Já em outros bancos, como no Banco do Brasil, haverá a prorrogação.

Os agentes financeiros alegam que a Resolução apenas autoriza a prorrogação e não sua obrigatoriedade. Portanto, cabe ao banco decidir se irá acatar a medida. Além disso, ao prorrogar as parcelas de investimentos, as instituições financeiras argumentam que isso impacta no limite junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O que reduz os recursos disponíveis para novos negócios de financiamentos de máquinas.

Diante da proximidade do vencimento das parcelas de 15 de maio, a FAEP enviou ofícios ao governo federal e à bancada de deputados da Comissão de Agricultura, em que solicita uma atuação imediata, e em caráter de urgência, do governo. A FAEP sugere que o BNDES edite imediatamente uma carta-circular, que esclareça aos agentes financeiros a determinação obrigatória do prazo de espera, evitando maiores prejuízos aos produtores rurais.

Plano Safra: R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 14/05/2008

Os agricultores familiares brasileiros terão à disposição no Plano Safra 2008/2009 R\$ 13 bilhões em financiamentos do Pronaf - valor cinco vezes maior do que o da Safra 2002/2003. Para a assistência técnica, o governo irá destinar uma suplementação de R\$ 200 milhões, garantindo assim R\$ 364 milhões para a extensão rural.

As duas medidas, junto com outras importantes ações, foram anunciadas nesta quarta-feira (14) pelo Governo Federal como resposta à pauta do Grito da Terra Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O anúncio agradou os movimentos sociais e foi feito durante audiência que contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, também anunciou outras medidas, como uma linha de crédito específica para recuperação e manejo de solo. O financiamento será de até R\$ 7 mil, com juros de 1% ao ano. A conclusão do processo de renegociação das dívidas do setor foi destacada pelo ministro. “Isso vai permitir limpar o cadastro e ampliar ainda mais o acesso dos agricultores familiares ao Pronaf em 2009”, garante.

Cassel enfatizou, durante o evento, o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que poderá adquirir produtos da agricultura familiar destinados à merenda escolar da rede pública de ensino. Os recursos dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinados ao programa passarão este ano de R\$ 666 milhões para mais de R\$ 1 bilhão.

“Trata-se de um fortalecimento definitivo do PAA. Abre uma possibilidade de ele ser um dos principais instrumentos, se não o principal, de comercialização da agricultura familiar e da reforma agrária”, enfatizou Cassel. De acordo com o ministro, durante todo o ano o Ministério desenvolve um processo de negociação e de estudo junto aos movimentos sociais. “Isso tem gerado conquistas como essa e outras que constam da pauta do Grito da Terra”, afirmou.

Trigo, mamona e girassol - Outros anúncios de destaque foram a ampliação do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) - foram incluídas na cobertura do programa as culturas de trigo, mamona e girassol – e a redução das taxas de juros do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que passou de no mínimo 2% para no máximo 5%.

A simplificação do Pronaf também foi destacada pelo ministro Guilherme Cassel. A mudança, exaltada pelo presidente Lula, entrará em vigor em julho, quando começa a valer a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Foram padronizadas as linhas oferecidas aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e reduzidos os juros relativos aos financiamentos.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, enfatizou a forma como foi conduzido o processo de negociação do Grito da Terra, que mobilizou este ano mais de 10 mil trabalhadores. Ele parabenizou, ainda, o Governo pela implantação do Territórios da Cidadania. Segundo ele, os recursos destinados a esse programa são os que chegam de forma mais eficaz na comunidades rurais mais distantes do País.

A solenidade contou com a presença dos ministros Luís Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, e Márcio Fortes, das Cidades, do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, e dos secretários do MDA de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci, de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, e de Reordenamento Agrário, Adhemar de Almeida.

Crediamigo do Banco do Nordeste comemora 10 anos e investe mais de R\$ 4 milhões no Distrito Federal – Sítio Eletrônico do MDS – 15/05/2008

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), uma das instituições parceiras do Fome Zero, comemora nesta sexta-feira (16/05), a partir das 13h, em Brazlândia (DF), os 10 anos de criação do Programa de Microcrédito Crediamigo. Criado em 1998, o Crediamigo facilita o acesso ao crédito para empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. O Crediamigo está presente no Distrito Federal desde 2005 e já beneficiou aproximadamente 700 clientes com empréstimos totais de mais de R\$ 4,2 milhões. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), coordenador do Fome Zero, será representando no evento pelo diretor de Articulação Governamental da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, Marcus Villarim.

Nestes 10 anos de Crediamigo, o Banco do Nordeste beneficiou mais de 766 mil pessoas espalhadas por 1.481 municípios, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. De acordo com dados da instituição, em 2007, o percentual de mulheres que pegaram empréstimo para abrir ou investir em um negócio próprio foi de 64% contra 36% de homens. Mais de 45% dos empréstimos junto ao banco variam entre R\$ 600 e R\$ 5 mil. O BNB registra que 61% dos clientes passaram entre 5 e 11 anos na escola. A inadimplência varia entre as regiões, por exemplo no Distrito Federal, em 2007, foi de apenas 1,81% do total de crédito emprestado.

Os clientes são, em sua maioria, pessoas que trabalham por conta própria, em negócios de pequeno porte, e se caracterizam por dispor de um mínimo de capital fixo, utilizar poucos trabalhadores – familiares ou assalariados, registrados ou não – e por participar diretamente da atividade. A principal ocupação econômica registrada é no comércio com 92%, em seguida vem serviços com 6% e indústria com 2%. O empréstimo é aplicado em negócios como vestuário, perfumaria e cosméticos, bebidas entre outros.

Para 2008, o Banco do Nordeste pretende concluir estudos de expansão do Crediamigo para novos mercados no País, ampliar as parcerias com entidades públicas e privadas e aumentar o compartilhamento de rede com outras instituições bancárias.

André Carvalho

SERVIÇO

Comemoração dos 10 anos do Crediamigo do Banco do Nordeste - Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Data: 15 de maio de 2008 (sexta-feira)

Horário: 13h

Local: Salão Comunitário - Avenida Veredinha, Área Especial Sem Número, Setor Tradicional – Brazlândia/DF (Ponto de referência: próximo ao Espelho D'água).

Mudanças na política de preços mínimos - Mauro Zanatta- Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 15/05/2008

A reforma da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) será o primeiro passo do pacote do governo para estimular a produção de alimentos básicos no país. O objetivo do governo é elevar a oferta de arroz, feijão, milho, mandioca e trigo na próxima safra, que começa em 1º de julho deste ano. A medida amenizaria eventuais impactos da alta dos alimentos básicos nos índices de inflação. Na hora de decidir qual cultura plantará, o produtor leva em conta os preços garantidos pelo governo em caso de excesso de oferta no mercado.

A proposta da nova política, entregue ontem ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, consiste na criação de dois níveis de preços para as aquisições diretas feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De quebra, a nova política embutiria mais benefícios aos pequenos produtores rurais. Pelo texto, o governo pagaria um adicional em até 20% dos limites individuais por produtor. Um exemplo é a proposta para estimular o cultivo de feijão, primeiro "vilão" da recente alta de preços que tem preocupado a equipe econômica do governo.

O plano inicial prevê a aquisição de 20% do limite para o feijão - ou 30 sacas - a R\$ 80 por unidade. O restante seria comprado a R\$ 60 por saca. A medida beneficiaria a agricultura familiar, que normalmente comercializa volumes menores da produção. Ao mesmo tempo, estimularia os médios e grandes produtores com um mix de cotações mais favorável em pequenos volumes e garantiria preços mais remuneradores em grandes volumes. Atualmente, o preço mínimo da saca de 60 quilos de feijão está fixado em R\$ 47.

Apoio aos alimentos		
Pacote básico para preços mínimos		
Produto	Limite individual	Preço mínimo proposto (R\$/saca)
Arroz	200 toneladas	22,00 a 25,80
Feijão	150 sacas	60,00 a 80,00
Milho	5 mil sacas	12,40 a 19,00
Mandioca	ny/d	23,00 a 25,00 (+10% diferencial)

Seria um reajuste considerável, na avaliação de fontes do governo. Algumas fontes temem dificuldades de comprovação das vendas à Conab, a sobreposição com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o baixo percentual (20%) beneficiado pela nova política de preços mínimos. Haveria, ainda, resistências políticas a um favorecimento da agricultura familiar.

Os planos incluem uma política de diferenciação de preços, além do adicional de 20%, para a produção de arroz em Goiás e Tocantins; sorgo no Nordeste; e milho no Piauí e

Maranhão. Os produtores dessas regiões teriam benefícios extras. O reajuste dos preços mínimos auxiliaria o arroz no Sul. Neste caso, o limite seria de 200 toneladas por beneficiário. Seriam pagos R\$ 25,80 por saca para 40 toneladas e R\$ 22 para as demais 160 toneladas.

Para o milho, o governo avalia um limite individual de 5 mil sacas, com preços de R\$ 19 por saca de 60 quilos para o Nordeste e R\$ 12,40 para Mato Grosso. No caso da farinha de mandioca, a idéia é estimular aquisições a R\$ 23 por saca de 50 quilos no Sul do país e a R\$ 25 no Nordeste - com adicional de 10% sobre os preços máximos e mínimos da PGPM.

O governo avalia estímulos extras de 10% nos preços da fécula de mandioca no Paraná e Mato Grosso do Sul, além da farinha no Nordeste. O objetivo seria evitar o avanço da cana-de-açúcar sobre a produção de mandioca nessas regiões.

Agricultor quer alívio na importação de fertilizante – Luciana Otoni - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2008

O setor agrícola reivindica do governo a revogação da cobrança do adicional de 25% sobre o valor do frete feita por navios na importação de fertilizantes e defensivos agrícolas.

O alívio tributário, equivalente a cerca de R\$ 800 milhões ao ano, serviria para compensar o efeito da alta dos preços desses insumos no custo das lavouras no período em que os agricultores iniciam o plantio da próxima safra, segundo avaliação dos produtores. Cálculos da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) indicam que os preços dos fertilizantes e defensivos aumentaram 120% entre 2007 e 2008. A proposta foi apresentada ao ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), que ficou de negociar a questão com o Ministério da Fazenda.

Stephanes avaliou que o impacto da alta dos fertilizantes é um ponto de estrangulamento na produção de grãos e uma situação que exige negociação complexa e de longa duração, porque depende de medidas de estímulo à maior oferta de matérias-primas como nitrogênio, fósforo e fosfato.

Juros fixos - Com a proximidade do período de plantio, no segundo semestre, os agricultores pediram ainda ao governo a ampliação do financiamento para R\$ 110 bilhões para a safra comercial 2008/2009, sendo R\$ 90 bilhões com juros fixos de 5% ao ano. Como contrapartida, o setor rural se compromete a elevar a produção de grãos dos atuais 143 milhões de toneladas para 150 milhões de toneladas.

Na safra em curso, o montante do financiamento para a agricultura comercial chegou a R\$ 73 bilhões, sendo cerca de R\$ 50 bilhões com juros de 6,75% ao ano. No plano safra 2008/2009, os produtores estão na expectativa de que o governo apresente medidas de estímulo específicas para a ampliação da produção de milho, trigo, feijão e arroz.

Ruralistas querem mais benefícios - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 16/05/2008

Os produtores rurais querem aproveitar o momento de preocupação do governo com o impacto dos preços dos alimentos nos índices de inflação e o cenário de forte demanda mundial por comida para ampliar os benefícios oficiais ao setor.

Uma proposta conjunta da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e das Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) pede a destinação de R\$ 110 bilhões em crédito para custeio, comercialização e investimento no setor ao longo do ano-safra 2008/2009, que começa em 1º de julho. Também solicita redução, de 6,75% para 5%, nos juros subsidiados e a alocação de R\$ 400 milhões para a subvenção ao seguro rural, que teria a elevação dos limites cobertos pelas apólices. Nesse caso, estariam embutidos bônus de 15% por pagamento em dia. Mas preconiza o fim da vinculação da concessão do crédito à adesão ao seguro, política iniciada há duas safras pelo Banco do Brasil.

Os produtores querem, ainda, a elevação de 25% para 30% da parcela de aplicação obrigatória dos depósitos à vista dos bancos no setor rural (exigibilidades bancárias), além do aumento da fatia de recursos a juros subsidiados para reduzir o juro médio pago nas operações de crédito rural.

O Plano de Safra deve ser anunciado na segunda quinzena de junho, mas os produtores sabem que será difícil arrancar do governo uma redução nos juros do crédito rural devido à tendência macroeconômica de combater a elevação da inflação com um aperto na política monetária. "Mas esperamos aumentar de forma considerável os recursos ao crédito", diz o deputado Homero Pereira (PR-MT), vice-presidente da CNA. A sugestão esbarra na forte redução dos depósitos à vista provocada pela alta nos juros, o que diminui os recursos obrigatórios para o setor. Os produtores querem, aliás, tirar do Banco do Brasil o monopólio das operações com recursos da chamada poupança rural, parcela de 65% desse depósitos que devem ser aplicados no setor.

A proposta conjunta CNA-OCB prevê uma elevação geral nos limites de crédito e adicionais de crédito de 15% para o crédito em caso de adoção de plantio direto nas fazendas, rastreamento do gado, operações com seguro de proteção de preços (hedge) e modelo de integração lavoura-pecuária, que pode reduzir as áreas de pastagem degradada e melhorar a relação cabeça de gado por hectare. Também seriam beneficiados com crédito extra os produtores de feijão, arroz, milho e trigo.

Para acompanhar o ritmo das encomendas de novas máquinas, os produtores sugerem ao governo a redução dos spreads bancários e da taxa flat cobrada pelo BNDES nos empréstimos vinculados aos programas de investimento. Além disso, querem aumentar o orçamento e os limites de financiamento das linhas.

O setor rural busca, ainda, um reajuste geral dos preços mínimos e a polêmica recriação da Comissão para a Compra do Trigo Nacional (Cetrin), extinta em 1990, que fixava os preços e direciona a produção brasileira. É uma medida radical de intervenção no mercado de trigo, cujo abastecimento depende em 70% das importações. A proposta CNA-OCB também prevê outra polêmica: a criação de uma linha de crédito para os confinamentos de gado, combatidos em certa medida por pecuaristas por significar excessiva verticalização da produção.

Mudança nas regras de financiamento do Pronaf – **Lauro Mattei – Carta Maior – 21/05/2008**

Mesmo que apoiando as mudanças no programa que reforcem seu enfoque num modelo produtivo distinto do tradicional, deve-se realçar que a simples extinção das categorias que diferenciavam socialmente os agricultores familiares para fins de financiamento não é suficiente para alterar a trajetória histórica do programa.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 com o objetivo de estimular a expansão do sistema de produção familiar em todo o país. Portanto, a adoção do referido programa visava atender antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais pela implementação de uma política agrícola específica para o setor mais representativo da agropecuária brasileira, porém o mais fragilizado em termos de acesso aos recursos financeiros e aos próprios mercados de produtos agropecuários.

Nesta curta trajetória (menos de 12 anos) o PRONAF foi implementado em todas as grandes regiões e unidades da federação, encontrando-se presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país. Este movimento de consolidação do programa pode ser observado sob dois ângulos: por um lado, nota-se um movimento consistente de crescimento do volume de recursos disponibilizado, especialmente a partir da safra 2002/2003 e, por outro, o número de agricultores atingidos por esta modalidade de política pública cresceu a patamares nunca vistos na história recente do país.

Neste pequeno período, o programa sofreu diversas alterações de natureza normativa e institucional, visando o aprimoramento de suas ações. A última dessas mudanças ocorreu na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) realizada no dia 28.03.2008, momento em que foram alteradas as regras de financiamento da Agricultura Familiar pela Resolução nº 3.559, publicada no Diário Oficial da União de 01.04.2008, com vigência a partir de 01.07.2008.

Com relação ao sistema de financiamento do programa, é possível observar duas fases bem distintas. A primeira delas entre 1996 e 1999, caracterizou-se por mudanças pontuais nas regras de funcionamento, com redução progressiva das taxas de juros (de 12% ao na safra de 1996 para 6,75% ao ano em 1999).

Apesar de marcar a introdução de uma política específica de financiamento para os agricultores familiares de todo o país, o que por si só é bastante significativo, tal fase teve como resultado uma concentração excessiva dos recursos do crédito rural nos três estados da região Sul. Também não havia qualquer diferenciação social dos agricultores familiares, em termos de condições de acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo programa.

A segunda fase de expansão do PRONAF (entre 1999 e 2008) pauta-se por contínuas mudanças no próprio formato do programa, especialmente com a adoção de seis diferentes grupos de agricultores familiares, estratificados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual (Resolução 2.629, de 10.08.1999, em que o Conselho Monetário Nacional alterou o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do país). Com esta nova

classificação pretendia-se que as regras de financiamento se tornassem mais adequadas à realidade dos distintos segmentos que compõem o setor da agricultura familiar brasileira (grupos A, B, A/C, C, D, E). Essa mudança, que entrou em vigor na safra 1999/2000, perderá sua validade oficialmente em 30.06.2008, quando novas regras serão incorporadas ao Plano Safra 2008-2009.

Ao longo dos últimos oito anos essa categorização dos agricultores familiares possibilitou reduções progressivas das taxas de juros, sendo que na última safra essas taxas variaram entre 0.5% a 5.5%. Em grande parte, essas modificações visavam atender a um número maior de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária do país.

Do ponto de vista institucional o programa também sofreu duas modificações importantes. Em 1999, deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde era vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), sendo incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde ganhou mais espaço no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Já em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no MDA, a antiga linha Pronaf Infra-estrutura e Serviços Municipais passou a fazer parte da SDT, porém com novos enfoques. O resultado mais visível dessa mudança é que os municípios deixaram de ser a unidade de referência desta linha de crédito e, em seu lugar, passou-se a beneficiar iniciativas de caráter regional que incorporem a noção de “desenvolvimento territorial”.

Finalmente, registre-se que nas últimas safras agrícolas foram criadas novas linhas específicas de financiamento do Pronaf (Agroindústria, Mulher, Jovem, Floresta, Semi-Árido, Agroecologia e Sustentabilidade Ambiental) para atender demandas específicas de determinados segmentos de agricultores familiares das diversas regiões do país.

Este conjunto de mudanças deu capilaridade nacional ao programa, que hoje atende aproximadamente 2 milhões de famílias de agricultores, muitas acessando os recursos do crédito pela primeira vez na vida.

No entanto, tal expansão apresentou alguns problemas, especialmente na esfera produtiva, com uma preocupação muito centrada no aumento da quantidade produzida. Na realidade, isto não surpreende, uma vez que o modelo de produção agropecuária financiado pelo PRONAF está bastante interligado aos chamados “insumos modernos”, os quais elevam seqüencialmente a dependência econômica e social dos agricultores familiares deste padrão de desenvolvimento agrícola, cuja sustentabilidade vem mostrando sinais de esgotamento.

Diante deste cenário, e a pedido do MDA, o CMN baixou a referida Resolução 3.559 de 28.03.08, incorporada ao Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, capítulo 10, contendo as seguintes modificações em relação às resoluções anteriores:

1º) Foram extintos os Grupos C, D e E, para fins de acesso aos mecanismos de financiamento do programa;

2º) Foram mantidos apenas os Grupos A, A/C (para assentados) e B (microcrédito) para fins de enquadramento funcional do programa, sendo que a sistemática operacional permanece idêntica à do Plano Safra 2007-2008;

3º) Foram também mantidas as linhas específicas do Pronaf (supra referidas), com a mesma sistemática de financiamento atual;

4º) Todos os demais beneficiários passaram a ser classificados como “agricultores familiares”. Para acesso ao crédito, a renda bruta familiar dos últimos 12 meses deve situar-se entre R\$ 4.000,00 e R\$ 110.000,00, com limite de até dois empregados permanentes na unidade de produção;

5º) As taxas de juros para os créditos de custeio destinados aos beneficiários, exceto aos grupos A, B, e A/C, serão correlacionadas aos montantes emprestados, variando entre 1,5% e 5,5% ao ano. Já as taxas de juros para os créditos de investimento destinados aos mesmos beneficiários devem variar entre 1% e 5% ao ano.

6º) Os créditos terão um prazo de reembolso de até 2 anos para o custeio, respeitando-se a natureza de cada financiamento, e até 8 anos para investimento, incluídos neste caso até 3 anos de carência (que poderá ser ampliada até 5 anos, caso o projeto técnico comprove sua necessidade);

7º) Os financiamentos para o Grupo B (microcrédito), cuja renda familiar nos últimos 12 meses não tenha ultrapassado R\$ 4.000,00, estão limitados a R\$ 1.500,00, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 2 anos. Neste caso, está previsto um bônus de adimplência de 25% sobre cada parcela da dívida paga na data de seu vencimento;

8º) Os financiamentos para o Grupo A são créditos de investimentos limitados a R\$ 16.500,00 por família, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos 3 anos de carência. O bônus de adimplência é de 40% sobre o valor de cada parcela paga em seu vencimento;

9º) Os financiamentos para o grupo A/C (assentados que já tiveram crédito de investimento) são créditos de custeio limitados a R\$ 3.500,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de reembolso de 2 anos. Neste caso, o bônus de adimplência é fixo em R\$ 200,00 para parcelas pagas em seu vencimento. Este grupo poderá obter até três créditos de custeio antes de migrar para a categoria geral de agricultor familiar.

Com essas mudanças a atual equipe do MDA e da SAF entende que haverá uma simplificação nos financiamentos, tornando o acesso ao PRONAF mais ágil e adequado às necessidades dos agricultores familiares. Além disso, entendem também que os juros dos financiamentos se situarão em patamares menores, uma vez que eles serão definidos a partir de agora pelos montantes financiados.

No entanto, convém lembrar que a lógica de produção em que se insere a agricultura familiar está cada vez mais pautada por um processo de especialização

produtiva baseada no uso intensivo de insumos modernos e na produção de poucos produtos, especialmente do binômio milho-soja. Vários estudos assinalaram que o PRONAF, ao financiar produtos e não unidades familiares de produção, acabou estimulando a consolidação do modelo produtivo tradicional, que aumenta a dependência de insumos externos e eleva os riscos de sustentabilidade das atividades agropecuárias.

Portanto, mesmo que apoiando as mudanças no programa que reforcem seu enfoque num modelo produtivo distinto desse formato tradicional, deve-se realçar que a simples extinção das categorias que diferenciavam socialmente os agricultores familiares para fins de financiamento não é suficiente para alterar a trajetória histórica do programa.

Torna-se urgente, portanto, retomar o debate sobre desenvolvimento rural e o papel a ser desempenhado pelo PRONAF neste contexto. Isto porque, após a aprovação da Lei Federal da Agricultura Familiar, em 2006, o programa passará a desempenhar um papel ainda mais relevante no próximo período, comparativamente àquele desempenhado em seu primeiro decênio.

**Lauro Mattei é Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura/OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: mattei@cse.ufsc.br*

Pagamento da dívida consome dinheiro da safra – CNA - 21/05/2008

A maior parte dos recursos que os produtores estão obtendo, com a produção agropecuária da safra 2007/2008, é destinada ao pagamento das dívidas. É o que mostra um levantamento da FAEP realizado em maio. Para melhor compreender o andamento da comercialização, o Departamento Técnico Econômico da Federação ouviu produtores de diversas regiões, agentes financeiros, a Secretaria da Agricultura, associações comerciais e o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

Diante do cenário atual, com a elevação no custo do insumo, o produtor está mais cauteloso neste ano. Muitos produtores já começaram a pensar nas suas estratégias de comercialização para a próxima safra, mas estão preocupados. Segundo o superintendente técnico-sindical da FAEP, Luiz Antonio Digiovani, as margens de rentabilidade serão estreitas e o produtor não pode se descuidar com o planejamento do plantio e com a comercialização.

Para o economista do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Pedro Loyola, os produtores acumularam dívidas de seis safras, três de inverno e três de verão, e essa conta começa a ser paga nesse ano. Além das dívidas normais de custeio, investimento e das dívidas antigas alongadas, como é o caso da Securitização, Pesa e Funcafé, os produtores têm que pagar, em 2008, a parcela das dívidas de custeios prorrogadas das safras 2004/05, 2005/06 e 2006/07. "Essas dívidas equivalem praticamente a um ano de produção e foram parceladas em até cinco anos, dependendo do credor. Alguns agentes financeiros

simplesmente empurraram esse débito todo para 2008 e os produtores, nesses casos, terão problemas para pagar esse passivo", disse.

Além desse elenco de dívidas, por falta de acesso ao crédito oficial, os produtores foram impelidos a buscar financiamento nos fornecedores de insumos e cooperativas. A procura por fontes de recursos alternativas ao crédito oficial intensificou-se antes e durante os anos de crise, de 2004 a 2006.

Para essas dívidas com fornecedores, os produtores renegociaram o pagamento de parte dos débitos de um ano para outro. Já outros produtores tiveram acesso a um programa de renegociação desse passivo. Utilizaram uma linha de refinanciamento conhecida como FAT Giro Rural. Essa linha parcelou, em média, os débitos em três anos. Neste ano, vence a primeira parcela.

Uma pesquisa realizada pela FAEP em 2007, com mais de 1.500 produtores, demonstrou que entre 15% a 20% dos produtores paranaenses, dependendo da atividade, utilizam recursos próprios em seus empreendimentos e não se utilizam de financiamentos em agentes financeiros. "São produtores mais estruturados e que não enfrentam o problema do acúmulo de dívidas. Hoje, são também os que mais investem em tecnologia, gestão da propriedade e têm condições de adquirir máquinas e equipamentos agrícolas", afirmou.

Porém, a grande maioria dos produtores paranaenses enfrenta uma realidade diferente. A melhora dos preços e da produção vai ser usada em 2008 para começar a pagar a conta da crise recente.

Cooperados aproveitam momento para acertar passivo - De acordo com a Ocepar, apesar dos bons preços, a margem de lucro não está tão grande assim. Isso porque os custos de produção aumentaram significativamente. Para o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra, muitos produtores estão com um passivo de dois anos atrás em decorrência da quebra de safras.

"Com isso, os produtores aproveitam o momento para acertar suas dívidas. Aqueles que não estavam endividados, buscam investir na renovação de máquinas e tecnologia", disse. Já aqueles produtores mais capitalizados chegam a comprar propriedades. "Mas são poucos. É uma situação isolada!", comentou.

Segundo Turra, há produtores que tentam antecipar a aquisição, principalmente, de fertilizantes. "Assim, procuram comprar mais em conta. Com os preços subindo continuamente, quem consegue antecipar as compras de insumos compra mais barato", explicou.

De acordo com avaliação da Ocepar, as cooperativas procuram retomar os investimentos em vários segmentos, como carnes, leite e peixe. "Com isso, buscamos agregar valor à produção, já que há uma tendência dos preços se manterem em níveis isolados nos próximos dois anos", informou.

Melhores produção e preços servem para pagar parte das dívidas - Com os melhores preços pagos pela produção, os agricultores aproveitaram para pagar parte das dívidas. Segundo Ênio Pigosso, produtor de Chopinzinho, sudoeste do Paraná, com a seca dos últimos anos, a maior parte dos produtores aproveitaram para pagar as contas atrasadas. "Apenas 10% dos produtores, no máximo, estão investindo porque não tinham conta a pagar. Poucos investem em suas propriedades. Alguns gastam no comércio local. Mas o movimento no comércio não cresceu como seria normal", disse.

O produtor José Roberto Caria Mortari, de Londrina, concordou que, na região, os ganhos no setor servem para os produtores pagarem parte de suas dívidas. "Eu, por exemplo, tenho dívidas de dois anos atrás. Liquidei duas prestações de tratores e última prestação de colheitadeira. Não estou fazendo financiamento nenhum", informou.

Para o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Arno Dresh, depois de três anos consecutivos de frustração em preço e produtividade, a maioria dos produtores paga dívidas para tentar se equilibrar novamente.

Segundo o produtor Anton Gora, os produtores mais capitalizados de Guarapuava optaram pela cautela e guardaram o dinheiro. "Com a alta dos insumos e a grande incerteza em relação à próxima safra, o produtor preferiu reservar o dinheiro. Por aqui, os produtores capitalizados não estão comprando máquinas agrícolas", disse. Para o presidente do Sindicato Rural de Tibagi, Ivo Carlos Arnt Filho, os produtores estão quitando dívidas e investem em máquinas.

Banco do Brasil - O produtor está pagando parte dos débitos do passado. Esta é a avaliação do gerente de mercado de agronegócios do Banco do Brasil (BB), César de Col. "O pessoal está procurando o Banco para pagar, sim!

Quanto aos novos créditos de investimento, no geral, observamos um incremento de 10%, comparado ao ano passado", disse.

Em relação aos investimentos, Col afirmou que os produtores investem, principalmente, em tratores, colheitadeiras e acessórios. "Novamente, os produtores estão aproveitando o bom momento para atualizar o parque de máquinas", informou. O representante do BB ainda lembrou que a aplicação financeira está maior.

Quanto às perspectivas para a safra de verão, Col disse que a quantidade de recursos oferecidos será parecida com a do ao passado. "O agricultor que puder fazer o custeio antecipado, que procure o Banco do Brasil. Pela primeira vez, o Banco está fazendo a safra antecipadamente. Com isso, o agricultor pode financiar toda a safra", ressaltou.

Segundo Col, até julho o BB libera os insumos e, a partir daquele mês, passará a liberar conforme o cronograma. "A grande vantagem é que o produtor não vai precisar fazer novas operações. Já faz tudo agora. Em relação ao crédito, a recomendação é que o produtor passe no Banco, pague a safra atual e já faça a nova safra", concluiu.

Produtores paranaenses venderam 64% da soja e 60% do milho - Até o dia 19 de maio, os produtores do Paraná tinham comercializado 64% da produção de soja e 60% do milho da primeira safra. A informação é do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura. Neste mesmo período do ano assado, a comercialização da soja atingia 55,7% da produção total. Enquanto que a de milho alcançava 65,4%.

Em relação ao mesmo período de 2007, as vendas da soja estão adiantadas. Segundo o engenheiro agrônomo do Deral, Otmar Hubner, a comercialização da oleaginosa foi estimulada pelos preços remuneradores do grão. "Historicamente, em período de colheita, é normal os preços caírem. Mas neste ano, graças ao mercado internacional aquecido, os preços têm se mantido praticamente estáveis. Isso indica a possibilidade de, na entressafra e na próxima safra, os preços continuarem num patamar atraente", disse.

Quanto à maior lentidão nas vendas do milho, comparado à última safra, a engenheira agrônoma do Deral, Margoret Demarchi, explicou que, apesar dos preços bons, os produtores deram prioridade à soja.

Quanto a uma possível melhoria de preço da cultura no mercado internacional, Demarchi informou que isso não deve acontecer. "Não acreditamos que os preços do milho no mercado internacional devam subir ainda mais. Isso porque, a princípio, já estão num teto. Contudo, a produção americana ainda está em fase de conclusão de plantio e cerca de 1/3 da safra dos Estados Unidos está destinada à produção de etanol de milho", informou.

Diante desse cenário, ainda existe a possibilidade dos Estados Unidos reduzirem suas exportações de milho. Com isso, haverá uma maior espaço no mercado externo, que pode ser preenchido, principalmente, pela Argentina e pelo Brasil.

Desenvolvimento da safrinha - No Paraná, o desenvolvimento da segunda safra de milho também está aquém do registrado no ano passado. "Houve um atraso no plantio da safra de verão e conseqüentemente, atrasou o plantio do milho safrinha. Tanto que houve uma prorrogação do prazo de plantio do zoneamento agropecuário para a cultura no estado", disse Demarchi.

De acordo com o Deral, já começou a colheita do milho safrinha no estado. Cerca de 0,9% da área estimada em 1,6 milhão de hectares já foi colhida. Do restante das lavouras, 29% está em desenvolvimento vegetativo, 46% em floração, 21% em frutificação e 4% em maturação. A falta de chuva e a possível ocorrência de geadas ainda ameaçam a produção de milho safrinha porque grande parte das lavouras ainda estão em fase de risco. Com isso, o volume esperado de 6,5 milhões de toneladas do grão pode ainda não ser confirmado.

Velocidade da comercialização varia de região a região - Para o presidente do Sindicato Rural de Tibagi, Ivo Carlos Arnt Filho, com a valorização do milho, a comercialização tornou-se mais ágil. Segundo ele, houve mais vendas antecipadas na safra atual.

Esta conclusão também é do produtor Ênio Pigosso, do município de Chopinzinho. "A comercialização está mais adiantada. Tivemos muitos contratos futuros. Os preços subiram e aumentaram as vendas", disse. O produtor José Roberto Caria Mortari, de Londrina, também afirmou que comercialização da safra está mais rápida. "Isso devido aos preços, que estão muito bons", afirmou.

Vendas mais rápidas e a esperança de que os preços melhorem ainda mais. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Arno Dresh, grande parte da safra na região já foi vendida. "Mais que nesta época do ano passado. E o agricultor, que ainda tem produção, espera que o preço melhore ainda mais", disse.

Já o produtor Anton Gora, de Guarapuava, informou que a velocidade da comercialização da atual safra na região é igual à do ano passado. "Nem mais rápida, nem mais lenta", disse. Mas para o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Ivo Polo, as vendas estão mais lentas em função dos preços.

Produtores não acreditam em melhores preços praticados no mercado - Num cenário em que os preços atingiram altos patamares, há produtores que não acreditam que os preços pagos pelas principais commodities possam subir ainda mais. É o caso do produtor Ivo Polo. Para ele, quanto ao futuro, não deve ocorrer altas. "Os preços já deram uma melhorada", comentou.

Para o produtor Anton Gora, os preços também não devem melhorar. Por isso, as estratégias de comercialização devem ser as mesmas já utilizadas pelos produtores de Guarapuava. Gora lembrou que, na região, há uma tradição de praticar as vendas em três fases. "Geralmente, o produtor daqui vende de forma parcelada. Um pouco antes da safra, um tanto na safra e parte da produção depois da safra", informou. Para ele, essa prática pode evitar possíveis prejuízos.

Para o produtor Ivo Carlos Arnt Filho, no que se refere aos preços atuais, os produtores estão satisfeitos. Mesmo assim, o produtor Ênio Pigosso espera que os preços da soja e do milho subam ainda mais. "Esperamos que os preços melhorem e cubram o alto custo para produzir", disse.

Otimismo e cautela quanto ao futuro - Quanto às expectativas para a próxima safra, espera-se que os preços se mantenham no patamar atual. "Com a alta dos insumos, a margem de lucro será reduzida. O pessoal está muito cauteloso. Apanhou, aprendeu e está gerenciando a propriedade de forma mais profissional", afirmou Gora.

Segundo Polo, os agricultores sempre esperam que o próximo ano seja melhor. "Mas, o produtor está mais cauteloso em função das mudanças, principalmente, no que se refere à alta dos insumos. O que vai impactar na renda da próxima safra", disse.

No que se refere ao futuro, Arnt disse que as perspectivas são animadoras. "Vai depender das condições climáticas. Mas, com a alta dos fertilizantes, deve ser reduzida o cultivo de culturas que exigem muito adubo, como o milho", avaliou.

Já Pigosso acredita que, na próxima safra, muitos produtores mudarão de milho para soja. "Com a alta dos custos de insumo do milho, mais gente vai planta soja. Alguns vão investir em trigo no inverno. Aqui em Chopinzinho, a área plantada com trigo mais que dobrou. Hoje, temos 2,5 mil hectares com a cultura", informou.

Dresh espera que os preços fiquem no patamar atual. "Na nossa região, já tem contrato de soja a R\$ 40,00 para 30 de março do ano que vem", comentou. Para ele, as atenções voltam-se para os custos dos insumos. "Com a alta de 100% no adubo e de 10% no óleo, estamos preocupados em relação ao lucro", disse.

Já Mortari acredita que os preços devem continuar atraentes. "Mas o insumo vai ser um complicador. Acho que o glifosato, o adubo e a uréia, para quem planta milho, devem ficar mais caro. Com isso, o custo de produção deve ficar 15% maior, comparado à safra atual", analisou. Para ele, a soja ainda dá dinheiro. "Não tem muito o que pensar. O negócio é fazer a rotação de plantio com milho. Enquanto o Bush estiver fazendo etanol de milho, estamos bem", comentou.

Crescimento do setor reflete no comércio - Quando a agricultura vai bem, o comércio segue o mesmo caminho. A conclusão é do presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Rubens Benedito Augusto. "A região norte do estado depende muito da agricultura. Com a valorização das commodities, melhoraram as vendas. Principalmente, a dos industrializados. Por isso, precisamos incentivar, ainda mais, a agroindústria", afirmou.

Com a alta dos preços e o crescimento da produção, houve um aumento de 50% das consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) na região de Ponta Grossa nos últimos 60 dias. A informação é do vice-presidente da Área Comercial da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (Acipg), Luiz Eduardo Pilatti. "Isso aconteceu entre os meses de março e abril, bem no período de entrada da nova safra no mercado. Por ser uma região agrícola, o comércio local está aquecido", disse.

Mas para o vice-presidente da Associação Comercial, Empresarial e Turística de Tibagi (Acett), João Carlos Gomes, houve uma queda nas vendas do comércio local. Segundo ele, a situação é explicada pelo aumento do custo da cesta básica. "O salário é o mesmo e o faturamento está menor. O consumidor adquire menos produtos, com isso, vendemos menos". De acordo com a Acett, em abril, houve um queda de 10% nas vendas de alimentos no município de Tibagi. "Poucos produtores do município vivem aqui. Por isso, usam pouco o comércio local", concluiu.

Fundos negociam até 8 vezes mesma safra – **Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008**

Investidores financeiros alavancam preços no mercado agrícola e elevam chances de riscos e ganhos para o produtor - No Brasil, o valor de negociação de produtos agrícolas subiu 64% no ano passado e 81% nos quatro primeiros meses deste ano

Risco maior e irracionalidade. Esses são os novos "perigos" para as negociações no mercado agrícola internacional. Os riscos são trazidos, em boa parte, por novos fundos que, em busca de diversificação de mercados para atuar, descobriram os agrícolas no momento em que a demanda por eles explode com o apetite voraz por alimentos dos mercados emergentes gigantes, como China e Índia. Essa inflação agrícola (já batizada de "agflação") vem gerando distúrbios sociais em países consumidores e ganhos em produtores, como o Brasil.

O ritmo acelerado de negociações no mercado futuro chega a girar 22 safras anuais de soja. Só os fundos são responsáveis por 8 dessas safras. Em 2007, o mercado futuro agrícola da Chicago Board of Trade negociou 7,3 bilhões de toneladas de milho, 4,3 bilhões de soja e 2,7 bilhões de trigo. A produção física desses produtos, em 2007, foi de 780 milhões, 220 milhões e 606 milhões de toneladas, respectivamente.

Volumes maiores de negociações esquentaram os preços, que passaram a ter variações bruscas, chamadas pelo mercado de "volatilidade". Essas oscilações seguem entradas e saídas dos fundos e trazem riscos.

Esses riscos, no entanto, não desagradam aos participantes do setor. Para os produtores, podem significar preços maiores. Para os investidores, a chance de uma margem maior de lucro nas operações. Para as Bolsas, maior liquidez, o que tornam ainda mais atraentes as operações nessas instituições.

Esse mercado voraz exige cada vez mais profissionalismo. Do contrário, empresas e produtores podem ser liquidados quando estiverem do lado errado da tendência do mercado. Foi o que ocorreu com empresas do Meio-Oeste dos EUA e do Centro-Oeste brasileiro. No caso brasileiro, uma tradicional empresa de Goiás não conseguiu honrar os compromissos no mercado de Chicago.

Os produtores brasileiros não ficaram isentos a essa volatilidade. No ano passado, negociaram parte da safra com valores até inferiores a US\$ 9 por saca. A soja superou os US\$ 30.

Um dos grandes produtores de soja de Mato Grosso vendeu a soja por valores inferiores a US\$ 10 por saca e, na hora da entrega, rompeu os contratos. O caso foi para a Justiça.

Operações na BM&F - Não é só no exterior que aumentaram as operações agrícolas. A BM&F, agora BM&F Bovespa S.A., pode negociar US\$ 45 bilhões neste ano no mercado agropecuário. No ano passado, foram US\$ 24,3 bilhões. Em 2006, US\$ 12,5 bilhões.

"O mercado atual é dominado por imprevisibilidade e irracionalidade impressionantes", diz Fernando Muraro, da Agência Rural. Há cinco anos, oferta, demanda, chuva e seca direcionavam os preços do mercado futuro de grãos. Nos últimos anos, se perdeu essa formação básica e "a volatilidade [dos preços], que historicamente era de 20%, foi a 50%", afirma.

Victor Abou Nehmi Filho, gerente da Sparta, administradora de fundos de investimento, diz que os fundos não influenciam nos preços finais do produto, "mas dão volatilidade". Os fundos operam sob as mesmas regras técnicas e públicas a que todos têm acesso. A entrada ou saída desses fundos no mercado pode, no entanto, provocar alterações bruscas nos preços, admite ele.

Ivan Wedekin, diretor de Produtos do Agronegócio e Energia da BM&F, concorda. "Os fundos não geram os fundamentos do mercado -aumentam ou diminuem a febre [dos preços]", que vem da oferta e da demanda.

"Os fundos não criam mercados, mas apenas vão onde existe liquidez. Quem cria os mercados são os "hedgers" -cooperativas, traders, exportadores etc.", diz Wedekin. Muraro insiste em que os preços atuais têm algo mais do que oferta e demanda. "O mercado viveu, em 2007, com os maiores estoques de soja da história. Mesmo assim, os preços explodiram." Isso mostra o lado irracional do mercado, diz.

Além de oferta e demanda - O diretor da Agrural diz, ainda, que oferta e demanda não explicam o fato de a saca de soja subir de US\$ 17,60, em agosto de 2007, para US\$ 35, em fevereiro, na Bolsa de Chicago. Em abril, já recuava para US\$ 24.

"Essa "financeirização" do mercado veio para ficar e pode gerar novo boom para as commodities", diz Muraro. Um desses sinais é a retomada de pressão dos preços do petróleo que, na sexta-feira, atingiram US\$ 132 por barril em Nova York. Apesar da imprevisibilidade e da irracionalidade do mercado, Muraro diz que a volatilidade não é ruim. Quem estiver no mercado tem de ser profissional para não ser atropelado. É difícil mensurar, mas os volumes negociados no mercado futuro agropecuário são impressionantes. A alta se deve, em parte, aos novos milhares de fundos que se especializam em nichos, diz Muraro.

Começaram com ações na Dow Jones, passaram pela Nasdaq, migraram para as commodities minerais, petróleo e chegaram aos agrícolas.

Essas bruscas elevações de preços forçam produtores e empresas que trabalham no mercado físico a buscar saídas. Diz um operador que bancos e tradings já montam operações paralelas às de Chicago, em que as duas partes -fornecedor e usuário de

matérias-primas- seguem a Bolsa, mas sem o pagamento dos ajustes diários, como os do mercado futuro.

Investidor quer proteção no mercado futuro – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008

O mercado futuro é onde são negociados preços de commodities -agrícolas, metálicas, de energia etc.- e ativos financeiros para determinadas datas futuras, fixando-se os preços para esses períodos. Com isso, os agentes envolvidos na operação podem minimizar os riscos de suas atividades.

No mercado futuro existe um mecanismo chamado "ajuste diário", que serve para que os agentes -comprador e vendedor- acertem a diferença entre os preços diários de negociação. Se o preço futuro cair, o comprador transfere ao vendedor a diferença em relação ao preço do dia anterior. Se o preço futuro subir, é o vendedor que transfere ao comprador a diferença. Essas operações são feitas pela própria Bolsa.

Outro mecanismo utilizado no mercado futuro é a margem de garantia, valor exigido de todos os clientes para cobrir o risco diário de suas posições, em razão da obrigatoriedade de pagamento de ajuste diário.

Os agentes participantes desse mercado são os "hedgers" (os que utilizam o mercado futuro em busca de minimização do risco de o preço variar contra seus interesses) e os investidores ou especuladores (os que buscam ganhar com as variações de preços, como os fundos).

Um produtor de milho pode fazer hedge de proteção. Verifica os custos de produção no plantio, os preços futuros na Bolsa na colheita e calcula a margem em relação aos seus custos. Diante dessa margem, vende contratos futuros de milho.

Se, no vencimento do contrato, a Bolsa registra valor maior, o produtor paga a diferença ao comprador. Esse desembolso, no entanto, será compensado com a venda do milho no mercado físico.

Se os preços na BM&F recuarem, ele receberá a diferença do comprador do contrato, o que compensará as perdas da venda do produto no mercado físico. (MZ)

Negócios do mercado futuro no Brasil avançam 81% neste ano – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/05/2008

O avanço dos fundos no mercado futuro de produtos agrícolas ocorre também no Brasil, um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

As operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros registram, nos quatro primeiros meses deste ano, crescimento de 81% no volume financeiro agropecuário em relação a igual período de 2007.

A expansão das negociações futuras neste mercado por aqui foi de 64% no ano passado, taxa bem acima dos 25% da média mundial. Apesar disso, os investimentos em aplicações agrícolas ainda representam apenas 0,6% do total das negociações da BM&F, abaixo dos 4% da média mundial.

Mas o crescimento das negociações agrícolas no Brasil não se reduz à participação dos fundos, que aparecem no mercado quando cresce a liquidez -ou seja, quando aumentam os participantes nessas negociações.

Segundo Ivan Wedekin, diretor de Produtos do Agronegócio e Energia da BM&F, o agronegócio deslança no Brasil e o setor busca cada vez mais proteção para seus negócios, principalmente devido à volatilidade dos preços.

A Bolsa tem hoje uma participação maior de frigoríficos, cooperativas, indústrias etc.

O aumento dos participantes do mercado físico agrícola eleva o movimento na Bolsa e atrai também bancos e fundos. Esses novos participantes dão maior liquidez à Bolsa, permitindo aos investidores melhor entrada e saída do mercado.

Wedekin diz que os fundos sempre operaram nos contratos agrícolas. "Eles [os fundos] não comem milho nem soja nem usam álcool no carro; apenas potencializam os efeitos que vêm do mercado real." Quem cria os mercados são os "hedgers" naturais (cooperativas, produtores, traders, exportadores)."

No ano passado, a Bolsa negociou o correspondente a 3,4 safras de café e a 2 vezes as exportações brasileiras de carnes. Milho e soja, que antes tinham pouco movimento, têm agora negócios que representam 10% da produção nacional.

Diante do potencial do agronegócio brasileiro, os estrangeiros já representam 17% dos negócios das operações na BM&F e em alguns produtos eles têm a participação de 30% das posições em aberto.

Queda dos juros - A participação dos fundos de investimento nas negociações do mercado futuro de agrícolas pelo mundo vem crescendo desde o início da década, quando o governo norte-americano reduziu a taxa de juros.

As aplicações de renda fixa ficaram menos atraentes e essas instituições foram buscar riscos em outros investimentos.

Além da redução dos juros nos Estados Unidos, os fundos perceberam que a China sinalizava com demanda forte, o que os levou para as commodities -principalmente ouro, petróleo e minérios, afirma Victor Abou Nehmi Filho, gerente da Sparta, administradora de fundos de investimento.

Mais recentemente, os desajustes entre oferta e demanda de alimentos -evidenciados ainda mais pela elevação de renda nos países emergentes- abriram novo mercado para esses fundos, que passaram a atuar de forma mais agressiva nos agrícolas, principalmente grãos negociados em Chicago.

Os números do milho mostram os sinais desses fundos nas negociações em Chicago. No início da década, eram negociadas 3,5 safras por ano. Em abril, esse volume era de 1,5 safra, atingindo 10 safras nos últimos 12 meses.(MZ)

Agropauta: Medida provisória da reestruturação da dívida rural será assinada nesta terça-feira – **Sítio Eletrônico do MAPA – 26/05/2008**

Brasília (26.5.2008) - Nesta terça-feira (27), às 18 horas, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assina a medida provisória que trata da reestruturação da dívida do setor rural. A cerimônia será no Salão Leste do Palácio do Planalto com a presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, da Fazenda, Guido Mantega e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Na mesma ocasião, o presidente assina mensagem ao Congresso Nacional que acompanha o Projeto de Lei Complementar criando o Fundo de Catástrofe. Trata-se de um tipo de resseguro para o setor agrícola que será acionado em caso de perdas de safra por causa de desastres naturais. *(Da Redação)*

Especulação infla cotação global de mercadorias básicas, o que torna mais prováveis oscilações bruscas em seus preços

COTAÇÕES internacionais de alimentos, metais e combustíveis -as chamadas commodities- continuam em alta. Além da elevação dos padrões de consumo nos países emergentes, a especulação patrocinada por grandes fundos de investimento explica uma parte desse fenômeno.

Com a desaceleração da economia americana, em decorrência da crise das hipotecas, reduziram-se as perspectivas de ganhos nas principais bolsas de valores. Com juros baixos e/ou declinantes, a remuneração dos títulos públicos começou a ficar muito próxima da inflação -ou até a ser batida por ela- nos EUA, na Europa e no Japão.

Investidores globais passaram, então, a buscar mais rentabilidade por meio da diversificação das aplicações. Procuraram nações emergentes que, como o Brasil, mantêm bom ritmo de expansão do PIB e, de quebra, pagam juros altos. Outro alvo foram os mercados futuros de commodities.

Em 2007, por exemplo, a bolsa agrícola de Chicago negociou 7,3 bilhões de toneladas de milho, 4,3 bilhões de soja e 2,7 bilhões de trigo. A produção física desses produtos foi de 780 milhões, 220 milhões e 606 milhões de toneladas, respectivamente.

Processo semelhante, em menor escala, ocorreu na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) do Brasil. Os negócios de produtos agropecuários saltaram de US\$ 12,5 bilhões em 2006, para US\$ 24,3 bilhões em 2007. Estima-se que possam alcançar US\$ 45 bilhões neste ano. Nos quatro primeiros meses do ano, o volume financeiro negociado na BM&F bateu em 81% o do primeiro terço de 2007.

No mercado de petróleo não tem sido diferente. Entre 2001 e 2007, o consumo mundial de petróleo apresentou taxa de crescimento média de 1,6%. Para 2008, a Agência Internacional de Energia projeta um crescimento de 1,4%. A expansão do consumo não parece ser suficiente para explicar a explosão dos preços de US\$ 24,5 barril do petróleo em 2001 para US\$ 135 em 2008.

Os mercados futuros, vale lembrar, estão sujeitos a oscilações abruptas de preços, com a entrada e a saída dos investidores em manada. A saca de soja, por exemplo, subiu de US\$ 17,60 em agosto de 2007, para US\$ 35 em fevereiro, na Bolsa de Chicago. Em abril, recuou para US\$ 24.

Quando ocorrer, a retomada da confiança na economia americana poderá desmontar parte dessas operações especulativas que buscam refúgio e lucros altos nas commodities. Eis um risco para o qual países muito dependentes de exportações de produtos básicos, como o Brasil, devem preparar-se desde já.

Stephanes: reestruturação da dívida rural e Fundo de Catástrofe são complementares – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/05/2008

Brasília (27.5.2008) - A reestruturação da dívida rural e o fundo de catástrofe são complementares, disse o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, durante cerimônia agora à noite no Palácio do Planalto. Na ocasião, foram assinadas a Medida Provisória de Renegociação da Dívida Rural, a mensagem ao Congresso Nacional que acompanha o Projeto de Lei Complementar criando o Fundo de Catástrofe e o decreto que institui a função de adidos agrícolas.

Para o ministro, a reestruturação da dívida agrícola foi um trabalho extraordinário. “Foram dez meses de debates, com o envolvimento de todos os representantes do Congresso Nacional e de quatro ministérios. Com isso, foi elaborado um documento essencialmente técnico, em que esperamos ter conseguido ser objetivos”, explicou Stephanes.

A criação do Fundo de Catástrofe também foi citada como importante medida para a complementação da renegociação da dívida do setor. “Muitas vezes as dívidas surgem por problemas climáticos e, nesse momento, ou se empresta mais dinheiro para o produtor ou se prorroga as dívidas. Com o fundo, esperamos estruturar de forma definitiva o seguro no Brasil”, disse o ministro. *(Da Redação)*

Renegociação beneficia 1,8 milhão de contratos do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 27/05/2008

Medida Provisória assinada nesta terça-feira (27) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, irá garantir que 780 mil contratos de agricultores familiares que estavam inadimplentes sejam renegociados, em um montante de R\$ 3 bilhões. A decisão permitirá que estes produtores possam novamente acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No total, a medida irá beneficiar 1,8 milhão de contratos, em um montante de R\$ 10 bilhões. “Isso significa que todos os agricultores familiares estarão habilitados a buscar financiamento de custeio e investimento do Plano Safra 2008/2009, que ofertará R\$ 13 bilhões através do Pronaf”, destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Diagnóstico da dívida - Cassel afirmou que, pela primeira vez, o governo dispõe de um diagnóstico claro e transparente da dívida rural do País. “Agora temos uma radiografia precisa. Nós sabemos a origem da dívida, o seu montante, sabemos quem deve e porque deve”. Segundo o ministro, o processo de renegociação foi marcado por transparência e democracia. “Fomos capazes de construir uma solução que agradasse a todos os setores”.

O ministro enfatizou que, com esta Medida Provisória, o Governo Federal realiza a mais completa renegociação de dívidas, seja do setor patronal, seja da agricultura familiar. “Foi possível, com a Comissão de Agricultura e os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e da Fazenda e os movimentos sociais, realizar um estudo profundo, um diagnóstico correto e com isso constituir medidas que viabilizassem o pagamento desta dívida em bases mais justas”.

Cassel salientou que os agricultores familiares, por excelência, são adimplentes. Um estudo feito sobre endividamento agrícola comprova isto, mostrando que os agricultores familiares são os melhores pagadores. “Em 13 anos de existência do Pronaf, a inadimplência é de apenas 3%”, reforçou.

Produção de alimentos - A renegociação das dívidas agrícolas ganha mais importância no momento em que o mundo discute a alta nos preços dos alimentos e o Brasil precisa produzir mais e melhores alimentos. “É importante lembrar que a agricultura familiar é responsável por 70% de tudo o que é consumido na mesa dos brasileiros atualmente. E é ela que tem condições de responder rapidamente a uma maior produção”, salientou Cassel.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a reestruturação da dívida agrícola permitirá reintegrar milhares de produtores rurais à atividade produtiva. “Estamos vivendo um momento muito importante para a agricultura brasileira. Se está faltando alimentos no mundo, nós podemos produzir. E os agricultores precisam estar habilitados para isso”.

Para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o Brasil pode contribuir para a queda dos preços dos alimentos expandindo a produção. “A decisão de governo para o Brasil colaborar com o mundo é produzindo mais excedentes. Então, o Brasil, além de alimentar sua população, além de produzir energia limpa, tem que aumentar sua produção de excedentes para ajudar a equilibrar as necessidades do mundo. É dessa forma que vamos nos comportar”.

As principais medidas anunciadas para a agricultura familiar

– Concessão de rebate de 15% a 35% sobre o saldo das operações do Pronaf na modalidade Custeio contratadas nas safras 2003/2004, 2004/2005 ou 2005/2006.

– Os beneficiários do grupo B do Pronaf que estiverem inadimplentes poderão renegociar o saldo devedor em até dois anos. As operações contratadas até 31/12/2005, para esse público, terão um rebate adicional de dez pontos percentuais, a ser somado ao bônus de adimplência contratual, caso os beneficiários liquidem a operação em 2008.

– Permissão para renegociar operações de investimento do Pronaf (nos grupos C, D e E) que estiverem em situação de inadimplência em 2008, concedendo um ano para cada ano não-pago, limitado a quatro anos.

– Para os financiamentos do Pronaf A e A/C será permitido renegociar os saldos dos contratos não-cumpridos, além da concessão da aplicação de bônus adicionais para a liquidação de operações antigas.

– Para os agricultores familiares de municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade após 1º de julho de 2007, é previsto rebate de 30%. O estado de emergência deve ter sido reconhecido pelo Governo Federal.

– Nos casos de comprovada incapacidade de pagamento, e por meio da análise caso a caso, será permitida a renegociação de operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais que estavam em situação de inadimplência em 01/04/2008. O limite para renegociação, neste caso específico, deve ser conferido nos bancos.

– Serão reduzidas as taxas de juros das operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (de 6,5% para 5%; de 5,5% para 4%; de 4% para 3%; e de 3% para 2% ao ano), além de se permitir a renegociação do saldo devedor inadimplente.

– Redução das taxas de juros das operações do Banco da Terra (ou Cédula da Terra) de 10% para 5%; de 8% para 4%; e de 6% para 3% ao ano. A concessão de bônus de inadimplência de até 40% (na região do Semi-árido) sobre o saldo devedor e a permissão para renegociar o saldo devedor inadimplente também são medidas que beneficiarão os agricultores familiares e assentados.

– O Governo Federal permitirá a concessão de rebate de até 50% do saldo devedor das operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Compra Antecipada, efetuadas em 2003 e em 2004, para liquidação integral até 2010.

– Será autorizada a ampliação do prazo, em até dois anos, do vencimento das operações de custeio rural efetuadas com recursos da Poupança Rural, dos recursos controlados e dos Programas Pronaf, Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger) e FAT Giro Rural, contratados até 30/06/2006 e prorrogados.

– Ampliação da abrangência do Garantia-Safra para enchentes no Nordeste. Este seguro era aplicado apenas em casos de estiagem e agora passa a atender agricultores familiares com prejuízos devido ao excesso hídrico.

MP das dívidas agora incluirá inadimplentes - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/05/2008

Após intensa pressão da bancada ruralista, e com a arbitragem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a medida provisória da renegociação de R\$ 66 bilhões em dívidas do setor estenderá o benefício aos produtores inscritos na dívida ativa da União e permitirá a aplicação de descontos progressivos aos débitos vencidos mesmo em caso de rolagem do valor principal.

O Ministério da Fazenda defendia descontos só para quitação antecipada da dívida e condicionava a renegociação à reestruturação do passivo com bancos. Era uma forma de evitar o estímulo à recorrente inadimplência do setor. "O setor voltará a se recapitalizar e investir", diz o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

A rolagem das operações já renegociadas em safra anteriores incluirá também parcelas vencidas, como os contratos com fundos constitucionais entre 1999 e 2007. A MP inclui apenas operações com risco de crédito garantido pela União ou fundos constitucionais e Funcafé, caso do programa de securitização, onde estão excluídas dívidas com bancos privados, estaduais ou de desenvolvimento (BDMG, Desenbahia e BRDE).

Os juros das dívidas de custeio prorrogados das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06 serão reduzidos para 6,75% ao ano. Também terão redução as operações do FAT Giro Rural e de programas de investimentos. Mas a renegociação do saldo a vencer dependerá do Conselho Monetário Nacional. A contratação do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA) poderá ser feita até 30 de setembro.

A MP incluirá como beneficiários beneficiadoras, agroindústrias e cerealistas que comprem do setor. A medida permitirá a inclusão de produtos florestais madeireiros como penhor rural durante o período do empreendimento. E os fundos constitucionais poderão financiar empreendimentos de infra-estrutura econômica.

Pelo texto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) garantirá aos agricultores familiares o preço de referência sem descontar ICMS, tributo sobre frete e Funrural (INSS). Isso será pago pelo PAA.

Governo anuncia renegociação das dívidas agrícolas – Sítio Eletrônico da Contag - 28/05/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem (27) a medida provisória que dispõe sobre a renegociação das dívidas agrícolas. A agricultura familiar e o agronegócio foram contemplados.

"A Contag foi parte integrante desse processo de discussão com o governo há mais de um ano e agora está colhendo os frutos para a agricultura familiar. Nossa expectativa é de que o Congresso vote rapidamente essa MP para que os nossos agricultores possam normalizar a situação junto às agências bancárias, de modo a fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável", afirma o vice-presidente da Contag, Alberto Broch.

Pacote agrícola dá alívio de R\$ 75 bilhões – Iuri Dantas e Sheila D'Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008

Na maior ajuda da história ao setor, governo Lula permite renegociação ou quitação de dívidas com descontos de até 80% - Impacto nas contas do governo é estimado em R\$ 1,2 bilhão; ministro da Agricultura nega que seja uma ajuda a "caloteiros"

Depois de um primeiro mandato praticamente em pé de guerra com o setor agrícola, o governo Lula anunciou a maior ajuda financeira a agricultores endividados em toda a história. O pacote envolve R\$ 75 bilhões em dívidas que poderão ser renegociadas -com descontos do saldo devedor, redução dos juros, ampliação de prazos- e quitadas com abatimento de até 80% dos débitos.

No total, os agricultores poderão ter um desconto de até R\$ 9 bilhões nas dívidas, segundo o ministro Guido Mantega (Fazenda), beneficiando 2,8 milhões de produtores -dos quais 1,8 milhão de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O impacto nas contas do governo, porém, será bem menor: cerca de R\$ 1,2 bilhão, diluído nos próximos anos. Em 2008, serão R\$ 250 milhões apenas.

Como boa parte das dívidas abrangidas no pacote já tinha sido lançada como prejuízo na contabilidade pública, o que o governo conseguir receber de volta, agora, será registrado como receita e servirá para cobrir os gastos com as medidas, minimizando o custo fiscal do pacote.

Segundo os dados da Fazenda, o governo tem cerca de R\$ 12 bilhões em débitos antigos, que já haviam sido provisionados (considerados perdidos), e a maior parte desses débitos entrou no novo pacote.

A última grande renegociação do setor, de acordo com a assessoria técnica da Fazenda, foi em 2001 e envolveu algo próximo a R\$ 15 bilhões. Atualmente, o total da dívida do setor é de R\$ 130 bilhões, mas parte está em dia.

Preconceito - Defensor de uma "solução definitiva" para o endividamento do setor agrícola, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que é "preconceito achar que os agricultores são caloteiros". "Mais de 90% dos que não pagam não têm condições de pagar. O desvio é pequeno", afirmou.

"O pequeno e o médio produtor rural têm inadimplência de 3%, mas carregam dívidas antigas. Fica, você, um ano sem receber salário que verá como vai ter dificuldade para equacionar suas dívidas", defendeu. Segundo o ministro, apesar da recuperação da renda no campo com o crescimento da economia e o aumento do preço das commodities agrícolas no mercado internacional, houve alta de custo de produção e valorização do real, que comem parte da rentabilidade. "Os fertilizantes triplicaram", disse.

A maior parte das dívidas está nas mãos do setor público, mas uma parcela, que o governo não precisou, diz respeito a contratos privados. Nesse caso, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, os benefícios serão só de redução dos juros, o que os bancos já teriam apoiado, disse Stephanes.

As medidas incluem, ainda, a criação de um fundo de catástrofe rural, em que consórcios assumirão riscos maiores em casos de desastres naturais. Além de seguradoras privadas, o governo federal também vai participar, injetando recursos quando as empresas não conseguirem pagar sozinhas o custo.

Também fez parte do pacote a criação de oito cargos de adidos agrícolas, que ficarão instalados em representações diplomáticas no exterior para auxiliar na abertura de novos mercados e em questões técnicas e negociações sanitárias, como o embargo da carne bovina pela União Européia.

Após a edição da medida provisória de 37 páginas e 52 artigos, será preciso que o Conselho Monetário Nacional regulamente alguns pontos.

De acordo com Stephanes, o governo também pretende obter em cinco a dez anos a auto-suficiência na produção de fósforo e nitrogenados, utilizados como base para adubos e fertilizantes. Para isso, a participação da Petrobras será decisiva.

Medidas são insuficientes, dizem ruralistas – **Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008**

Enquanto o governo comemorava ontem o superpacote como medida definitiva, representantes de produtores consideravam insuficiente a iniciativa e cobravam investimentos em outras áreas.

Para o presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Fábio Meirelles, as medidas "não são suficientes, mas representam um grande avanço". "Com a renegociação, o governo está tirando a carga negativa das costas dele, mas o prejuízo lá atrás foi muito maior, milhares de famílias perderam tudo e não conseguem mais produzir", disse.

Para Meirelles, o pacote de auxílio aos produtores endividados é necessário, mesmo diante dos altos preços das commodities no mercado internacional, que geram ganhos melhores ao produtor. O alívio financeiro vai representar um número maior de produtores no campo. "Tudo o que governo fizer hoje para manter o homem no campo atende a política econômica e social."

Para ele, o governo também precisa fazer investimentos em regiões com forte potencial agrícola para alavancar as lavouras, em vez de concentrar ações apenas no refinanciamento de dívidas.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, por outro lado, espera encerrar a era de sucessivas renegociações de dívidas do setor. "Espero, com essa reestruturação, que não tenhamos que fazer novas discussões sobre esse assunto."

Segundo ele, foram dez meses de debate para encontrar "soluções técnicas para evitar que a cada ano, o governo volte a discutir o problema". Orgulhoso do resultado, evitou tratar o caso publicamente como uma vitória política sua, dado o fracasso de seus antecessores.

Segundo o presidente da Famato (Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso), Rui Prado, falta ao governo investimento na infra-estrutura de transporte para o escoamento da safra. Ele também criticou a demora do governo em anunciar o pacote, que deveria ter saído "há pelo menos três anos". **(SD e ID)**

Presidente temia perder ativo político – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008

O temor de perder um ativo político que vitamina sua popularidade e a preocupação em incentivar a produção de biocombustíveis compõem o pano de fundo que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a autorizar nova renegociação da dívida vencida dos agricultores.

O ativo político é composto pela combinação de baixa inflação dos últimos anos e pelo aumento da renda das famílias, que elevou o consumo de alimentos, sobretudo dos populares. Com a atual ameaça inflacionária, uma preocupação mundial, Lula aposta no incentivo à produção de alimentos para amenizar a alta dos preços. E assim manter sua popularidade em alta.

A produção de biocombustíveis é uma bandeira internacional de Lula, a qual defenderá na próxima semana na reunião da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em Roma. Críticos afirmam que as lavouras de biocombustíveis estão tomando terreno destinado ao cultivo de alimentos.

O lobby ruralista é um dos mais ativos do Congresso. Isso vem de longe. Nos dois mandatos de FHC(1995-2002), houve renegociações das dívidas por motivações técnicas e políticas. No primeiro mandato de Lula, também aconteceram renegociações, mas o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, freou concessões exageradas.

Em 28 de junho de 2006, em plena campanha para a reeleição, Lula perdeu Roberto Rodrigues, à época ministro da Agricultura. Palocci já havia deixado o governo três meses antes, mas a equipe econômica não fez concessões pretendidas por Rodrigues, ministro muito identificado com as reivindicações dos ruralistas.

Agora, Lula dá uma bela colher de chá aos agricultores. O presidente toma essa decisão num momento de alta de preço de alimentos e de elevação do lucro do produtor rural.

A medida terá custo para o Tesouro. O ministro Guido Mantega (Fazenda) fez uma conta estranha. Disse que R\$ 9 bilhões é o valor do "perdão" que os agricultores poderão ter, mas o custo para os cofres públicos seria de R\$ 1,2 bilhão. Discurso esquisito para ministro da Fazenda.

Dívida escancara contraste entre produção e política – **Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008**

Apesar de avanço na produtividade, política agrícola do país ainda é ineficiente - Ações estanques de pastas como a da Agricultura, dos Transportes e do Meio Ambiente elevam custos para produzir no país

A renegociação das dívidas de produtores rurais pode pôr fim a um período cinzento da agricultura brasileira. O país, que já está atingindo alto grau de desenvolvimento na produção agropecuária, ainda vive no passado quando se trata de política agrícola. O acerto da dívida pode dar fôlego ao produtor e fazer com que haja pressão menor sobre o governo, que pode desenvolver metas agrícolas adequadas ao novo estágio do setor.

Mas a responsabilidade pelos problemas atuais das dívidas não é só do governo. Parte delas veio de secas, perda de preços internacionais em determinados momentos, desvalorização do dólar e, também, de decisões erradas de muitos produtores em períodos de bonança, quando houve obsessão por expansão de áreas e compra de terras e de máquinas -e não pela busca de produtividade.

As medidas de alívio do governo devem ser acompanhadas, no entanto, de mudanças urgentes no que se refere a crédito, seguros e até tributação sobre insumos. Esses pontos já são prioridades do governo, mas ainda de forma incipiente.

Não basta apenas crédito. Agora que o país caminha para uma nova fase econômica, o governo deve pensar o setor agrícola de forma unificada. As ações estanques dos vários ministérios -Agricultura, Transportes, Meio Ambiente e outros- tornam os custos de produção no Brasil bem mais elevados do que no resto do mundo, fazendo com que o produtor nacional perca rentabilidade.

O governo deve fazer o planejamento de safra para pelo menos dois anos, liberando recursos no momento apropriado. Com crédito, o produtor pode decidir a melhor hora de comprar insumos.

Novos mecanismos - Esse crédito deve ser estendido também à comercialização, permitindo aos produtores buscar proteção nos novos mecanismos atuais, inclusive no mercado futuro, o que já ocorre em outros países.

Da parte dos produtores, eles têm de ter consciência de que estão em uma atividade de alto risco, como muitas outras. Ganha-se em um ano e guarda-se para o próximo, que pode não ser tão rentável.

Os últimos anos deram ao produtor uma visão de que só ficam no mercado os que realmente são "do ramo" e buscam redução de custos e elevação de produtividade. As atitudes pouco éticas de muitos produtores, de não pagar as dívidas no passado, à espera

da salvação do governo, diminuíram. Hoje, os próprios produtores estão mais conscientes de que os tempos mudaram.

Há quatro anos, parte dos produtores rompeu contratos de soja porque haviam negociado o produto com valores menores no início da safra, Neste ano, apesar da grande diferença de preços do início da safra dos do período de colheita, foram poucos os casos de rompimento de contratos.

O acerto dessas dívidas vem em boa hora e pode dar fôlego aos produtores. O cenário internacional é de escassez de produtos e indica a manutenção de preços elevados nos próximos anos, embora os custos tenham acompanhado a alta das commodities. A eficiência deverá fazer parte da agenda de todo produtor a partir de agora. Essa eficiência deve ser tanto na produção como na comercialização. O mercado mundial deixou de ser apenas uma questão de oferta e demanda, mas também de especulação maior.

Débito sobe 250% desde 95, aponta deputado – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/05/2008

A MP (medida provisória) da dívida agrícola saiu do forno às vésperas do cultivo de inverno, em que se destaca o trigo, um dos produtos classificados como "sensíveis" pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para a economia do país.

Para cada saca que o Brasil produz de trigo, duas são importadas. Com o anúncio da renegociação dos débitos rurais, o governo espera ter acertado no timing do alívio financeiro para estimular o setor a elevar em 20% a produção nacional do cereal.

O governo Lula pretende lançar outras medidas no plano de safra, prometido para o próximo mês, para consolidar uma colheita de inverno mais robusta e preparar o caminho para que as próximas lavouras de verão também cresçam, aproveitando este momento de commodities valorizadas.

Apenas se a demanda e os preços nos campos se mantiverem em alta, será possível esperar que a nova renegociação saneie as finanças do setor, afirma o deputado federal Homero Pereira (PR-MT), presidente da Comissão Nacional de Endividamento da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Segundo Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, "o processo [de reestruturação das dívidas] contempla boa parte das questões" levantadas pelo setor.

Os representantes da produção se queixam dos impactos dos sucessivos planos econômicos desde o Cruzado, em 1986, sobre as contas dos agricultores. "Passados 13 anos

[desde 1995, início do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso], as dívidas passaram de R\$ 25 bilhões para R\$ 87,5 bilhões", afirma Pereira.

Para o deputado, integrante da bancada ruralista, os números devem ser mostrados como argumento de que essa renegociação não representa privilégio, mesmo com a valorização dos produtos agrícolas. "A agricultura contribuiu para a estabilização da economia, com o superávit da balança comercial. A opinião pública deveria nos apoiar. Nos países desenvolvidos, o setor tem tratamento diferenciado até por segurança alimentar", diz Pereira.

Preços e custos - Para José Carlos Hausknecht, diretor da MB Agro Consultoria, "com certeza a opinião pública vai achar estranho [o anúncio da renegociação], com os preços excelentes [para os produtos agrícolas]".

Hausknecht ressalta, porém, que "os custos de produção também estão em alta. O câmbio [pela valorização do real] também não ajuda".

Para ele, a situação é mais delicada nas regiões consideradas distantes, em que a precariedade da infra-estrutura é outro fator de pressão. "Em áreas mais próximas de centros consumidores e de portos para exportação, não faz sentido uma ajuda mais significativa. É preciso haver um critério para beneficiar quem de fato precisa", afirma.

"Os custos no campo subiram na mesma proporção da alta dos alimentos", diz Leonardo Sologuren, diretor da Céleres Consultoria. Segundo ele, desde 2000, os gastos para produzir grãos no país avançaram 75%, em média. Enquanto o preço do barril do petróleo não baixar, não há como reduzir as despesas com insumos essenciais, como fertilizantes, diz.

Sologuren aponta a necessidade de a renegociação de alguma forma alcançar o endividamento dos agricultores com os financiadores do setor privado, como tradings e distribuidores, além de fornecedores de sementes e agroquímicos.

Vem aí um novo perdão para os agricultores - **Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 28/05/2008**

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem medida provisória reestruturando R\$ 75 bilhões em dívidas acumuladas pelo setor agrícola desde a década de 80.

Segundo estimativa dos ministérios da Fazenda e da Agricultura, serão contemplados 2,8 milhões de contratos. O objetivo é melhorar a renda dos produtores, que estariam descapitalizados em razão do alto nível de endividamento e, com isso, estimular o aumento da produção agrícola.

Para atingir esta meta, o governo dará descontos de até 80% na quitação antecipada das dívidas e nas taxas de juros, de acordo com o porte do agricultor.

Os técnicos acreditam que será possível recuperar recursos que estão engavetados na Dívida Ativa da União, e permitir a renegociação dos débitos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin).

— A agricultura brasileira tem de estar habilitada a aproveitar esse bom momento que se coloca em função da valorização das commodities agrícolas — disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega. — Se faltam alimentos no mundo, vamos produzi-los.

Missões diplomáticas terão adido agrícola

Segundo ele, o impacto fiscal provocado pelos descontos e o rebate nos juros será de R\$ 1,2 bilhão, considerando que a maioria das dívidas já havia sido contabilizada como prejuízo pelo governo. Por outro lado, com as medidas, os produtores contarão com recursos adicionais de R\$ 9 bilhões, provenientes dos descontos concedidos.

— É importante que se possa reintegrar à atividade produtiva milhares de produtores — disse Mantega.

Vários pontos da MP, que será detalhada hoje pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ainda dependem de regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de portarias do Ministério da Fazenda.

O CMN se reúne amanhã para decidir, entre outras coisas, prazos de prorrogação dos débitos que, assim como os descontos, serão estabelecidos segundo cada grupo de dívida, variando conforme o programa e a tipicidade (são 17 programas).

Já o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que, do total de R\$ 75 bilhões refinanciados, R\$ 10 bilhões são da agricultura familiar. Essa categoria, embora represente uma parcela menor do montante contemplado na MP, é a que tem o maior número de contratos: 1,8 milhão do total de 2,8 milhões.

No mesmo pacote, o presidente Lula anunciou o envio ao Congresso de um projeto de lei criando o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural. Ele substituirá o Fundo de Estabilidade do Setor Rural e funcionará como um instrumento de resseguro suplementar no caso da ocorrência de catástrofes climáticas.

O presidente Lula também criou a função de adido agrícola para atuar nas missões diplomáticas no exterior.

MP que reestrutura a dívida rural abrange R\$ 75 bilhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/05/2008

Brasília (28.05.2008) - Foi publicada nesta quarta-feira (28) a Medida Provisória 432 que reestrutura a Dívida Rural assinada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Com o objetivo de regularizar as dívidas acumuladas pelo setor desde a década de 80, a proposição dá tratamento a R\$ 75 bilhões e tem o potencial de atender 2,8 milhões de contratos. A MP propõe ainda medidas que pretendem estimular o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio brasileiro, com destaque para a autorização para renegociação de dívidas de mutuário inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), desde que o motivo que originou a inscrição seja a dívida objeto da renegociação, e para a prorrogação do prazo de contratação das

operações do Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA) para 30 de setembro de 2008.

Resultado de longa negociação entre o Governo e o setor, a MP foi construída num trabalho conjunto entre os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e da Fazenda, com a proposta de sanar a dívida do setor, calculada em R\$ 87,5 bilhões. A meta é garantir a recuperação da renda agrícola nacional e o retorno de recursos públicos que estavam comprometidos pelas dívidas dos produtores. A expectativa do Governo é de que a recomposição da renda agrícola, no atual cenário de crescente demanda mundial por produtos agrícolas, consolide o Brasil como um dos principais exportadores do mundo, com reflexos positivos para a economia do País.

Diretrizes – Com a MP, o Governo pretende facilitar a liquidação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90, já tantas vezes renegociadas, de maneira a possibilitar aos mutuários inadimplentes a regularização de suas pendências. Além disso, para evitar um novo acúmulo de dívidas, propõe a redução de encargos financeiros de alguns programas mais recentes de investimento rural e dos custeios prorrogados.

A MP define diferentes formas de negociação para cada grupo de dívida, ou seja, as propostas variam por programa e tipicidade (detalhamento anexo). As diretrizes são de redução dos encargos por inadimplemento incidentes sobre as prestações vencidas e não pagas; de diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; de concessão de prazo adicional para pagamento; de redução das taxas de juros das operações com encargos mais elevados; e de concessão de descontos para liquidação das operações antigas com risco da União.

As condições gerais da renegociação visam à liquidação ou à normalização das dívidas originárias de crédito rural e podem ser sintetizadas em cinco pontos:

I – para as operações antigas - efetuadas com risco da União, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) ou do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - serão concedidos descontos estabelecidos em percentuais inversamente proporcionais ao valor das dívidas, ou seja, quanto maior o saldo devedor menor o desconto;

II – para as operações de crédito em situação de inadimplência, sujeitas a encargos atrelados à Taxa Média Selic (TMS) mais 1%, os encargos serão substituídos pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) mais 6% ao ano;

III – O Conselho Monetário Nacional (CMN) irá definir os prazos para que os mutuários manifestem interesse em aderir ao processo de reestruturação do endividamento, para a amortização do valor mínimo exigido sobre as prestações vencidas, para renegociação do saldo devedor, e para os agentes financeiros formalizarem as renegociações

IV- nas operações cujos mutuários são representados por uma cooperativa ou associação serão considerados, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto, os valores devidos por cooperado (os saldos devedores serão divididos pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade);

V - os custos dos descontos serão assumidos pelo Tesouro Nacional (operações com risco da União), pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (operações lastreadas com seus recursos), e pelo Funcafé (operações com recursos e risco dessa fonte).

Confira a [MP 432](#) que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas crédito rural.

Ministro da Agricultura recomenda adesão dos produtores à reestruturação da dívida – Sítio Eletrônico do MMA – 28/05/2008

Brasília (28.5.2008) - “Depois que o Conselho Monetário Nacional regulamentar a Medida Provisória que trata da reestruturação da dívida rural, os produtores devem aderir às regras imediatamente”, alertou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, durante entrevista coletiva nesta quarta-feira (28). O ministro detalhou aos jornalistas o documento assinado ontem (27) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e publicado hoje no Diário Oficial da União, após dez meses de negociação.

O ministro ressaltou também que essa reestruturação deverá alcançar 80% dos produtores rurais do País. Ao mesmo tempo destacou que “temos alguns casos pontuais no estado de Santa Catarina e em municípios nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Há também alguns pontos onde ocorreram secas, calamidades e enchentes”, disse o ministro.

Quanto ao Fundo de Catástrofe, Stephanes acredita que o Projeto de Lei Complementar, que trata do tema, deverá ser aprovado até o final deste ano pelo Congresso Nacional e que trará resultados efetivos em cinco anos. “Prevemos aporte inicial de recursos oriundos de títulos públicos, que dará suporte às seguradoras. Hoje, a cobertura máxima do seguro rural é de 4% da produção de grãos e a nossa expectativa é ultrapassarmos os 50%, no prazo de cinco a dez anos. O Fundo dá garantia de renda ao agricultor, na medida em que ele se livre de eventos climáticos, quando perde produção e renda”, explicou.

Para o ministro Stephanes, ainda existem temas importantes a serem tratados como a questão estratégica que a agricultura brasileira enfrenta hoje em relação aos adubos e defensivos. “Somos grandes dependentes de importações de adubos, principalmente do potássio, que alcança 80%. Adotando uma política agrícola interna, principalmente em relação aos nitrogenados e ao fósforo, o Brasil pode se tornar auto-suficiente num prazo de cinco a dez anos”, finalizou. *(Da Redação)*

Anunciada a quarta rolagem desde 1995 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2008

Pela quarta vez desde 1995, o governo federal anunciou um pacote de renegociação das dívidas do setor rural. Desta vez, foram beneficiadas pela repactuação R\$ 76 bilhões em débitos de 2,8 milhões de contratos assinados por produtores empresariais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e por pescadores artesanais.

O custo fiscal da nova medida ao Tesouro Nacional será de R\$ 1,16 bilhão ao longo dos próximos anos - R\$ 250 milhões em 2008; R\$ 122 milhões em 2009 e R\$ 80 bilhões em 2010. A União já absorveu, porém, cerca de R\$ 12 bilhões em operações lançadas como prejuízo nos fundos constitucionais ou inscritos na dívida ativa da União nos últimos dois anos. O Ministério da Fazenda estima um alívio de R\$ 9 bilhões no bolso dos produtores rurais com a concessão de descontos nos saldos devedores, além de bônus e rebates nos juros.

Uma medida provisória, assinada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será o instrumento para a rolagem de R\$ 66 bilhões de produtores empresariais e de R\$ 10 bilhões da agricultura familiar. Ainda ficaram de fora desta quarta repactuação cerca de R\$ 12 bilhões em operações de investimento que ainda estão por vencer nos próximos anos.

"Vamos reintegrar quem ficou para trás por causa de seca, enchentes e [problemas de] câmbio", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em cerimônia no Palácio do Planalto.

A bancada ruralista, porém, não gostou do teor da renegociação e promete fazer várias emendas ao texto da MP. "Essas medidas beneficiam apenas 40% dos devedores", afirma o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). A primeira emenda, avisa ele, estenderá os benefícios da MP aos débitos contratados com risco bancário.

No geral, a MP incluiu somente dívidas com risco da União, dos fundos constitucionais e do Funcafé. Apenas as dívidas com o programa de saneamento de ativos (Pesa) teve riscos bancários parciais cobertos pela repactuação. "Ainda falta atender a problemas específicos, como em Mato Grosso", disse o produtor rural Carlos Augustin.

O governo também enviou ontem ao Congresso um projeto de lei complementar para criar um fundo de catástrofe que cobrirá eventuais rombos no sistema de seguro rural com problemas climáticos generalizados. O fundo será montado por meio de consórcio de seguradoras e subsidiado pelo Tesouro Nacional no início. Além disso, como forma de garantia adicional, a União manterá títulos públicos para lastrear as atividades do fundo. Tudo isso para atrair as seguradoras e convencê-las a entrar com força no ramo rural, ainda estigmatizado pela montanha de sinistros. "Esse desenho beneficia a construção de uma alternativa para consolidar o seguro no país", disse o secretário de Política Econômica da Fazenda, Bernard Appy.

Remediar ou prevenir – Folha de São Paulo – Opinião – 29/05/2008

NUM MOMENTO em que tanto se fala da inflação dos alimentos, do protagonismo do país na produção de biocombustíveis e do salto de produtividade da agropecuária brasileiro, muitos poderão ter recebido com surpresa o anúncio, pelo Planalto, de um pacote de alívio a agricultores endividados.

O total de dívidas que poderão ser renegociadas chega a R\$ 75 bilhões. O número de produtores potencialmente agraciados é da ordem de 2,8 milhões.

O pacote não surpreendeu, porém, àqueles que acompanham o que se passa no campo. Ao longo dos últimos anos, fatores variados minaram a saúde financeira de uma grande massa de produtores. À instabilidade intrínseca à atividade somaram-se fatores como as violentas oscilações dos preços internacionais, a pronunciada queda da cotação do dólar (que corroeu as receitas, em reais, advindas de exportações) e o encarecimento de insumos.

É sempre incômodo imaginar que, ao lado de produtores cuja capacidade de pagamento foi solapada por circunstâncias além de seu controle, possa haver aqueles que deixaram de pagar dívidas à espera de mais uma operação oficial de salvação.

Cabe, naturalmente, cobrar das autoridades mecanismos que coíbam tais abusos. Mas a cobrança estratégica diz respeito à estruturação de políticas que previnam o reaparecimento de tamanhos desequilíbrios financeiros no campo, permitindo que as operações de socorro deixem de ser recorrentes.

Apesar de algum avanço na política agrícola -como a criação de um fundo para socorrer produtores vítimas de desastres naturais-, as carências permanecem flagrantes. A infra-estrutura de armazenagem e distribuição da produção continua precária, onerando os custos. Os mecanismos de seguro e de crédito têm volume e abrangência ainda muito limitados.

A escassez de recursos públicos não é impeditiva de um combate mais coordenado a essas carências. A experiência internacional demonstra que ações adequadas de regulação podem estimular o setor privado a assumir papel central na oferta de crédito e de seguro aos produtores.

Stephanes admite emendas do Congresso na renegociação – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2008

Após admitir que a medida provisória da renegociação de dívidas agrícolas receberá "provavelmente mais de mil" emendas no Congresso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, indicou que o governo vai aceitar apenas alterações pontuais no texto – mudanças substanciais devem ser vetadas.

O "Diário Oficial" da União publicou ontem a medida provisória que fixa descontos, taxas de juros diferenciadas e novos prazos para o refinanciamento de até R\$ 75 bilhões em dívidas rurais.

Hoje, o Conselho Monetário Nacional regulamentará alguns dos pontos que dependem de mudanças em regras financeiras. Depois disso, disse Stephanes, os produtores rurais já devem procurar os bancos.

"A medida provisória foi negociada entre nós e o Congresso, e houve entendimento", disse o ministro. Para o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), o pacote poderia ter avançado mais nos juros. Segundo Gerardo Fontelles, assessor especial do Ministério da Agricultura, a União fará um aporte inicial para estimular a participação de seguradoras no atendimento a catástrofes, mas o valor ainda não foi fechado.

Ruralistas querem ajustes na MP da rolagem da dívida - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008

Mal o governo apresentou a medida provisória de renegociação de R\$ 76 bilhões em dívidas do setor rural, a bancada ruralista do Congresso decidiu propor alterações "pontuais" e "específicas" para aperfeiçoar "detalhes" do texto.

Ainda sob pressão de parte de suas bases eleitorais, insatisfeitas com os termos da quarta repactuação desde 1995, os deputados querem incluir pontos ignorados pela MP que permitirá a rolagem do passivo de produtores empresariais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais.

"Vamos tratar de um detalhe ou outro para complementar o que já está na MP", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), indicado relator da medida na Câmara.

Os ruralistas afirmam que serão tratadas, por exemplo, questões específicas do passivo vinculado ao café e ao cacau, além de situações pontuais das regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste.

Em reunião ontem na Comissão de Agricultura da Câmara, os ruralistas identificaram 15 pontos para melhoria da MP. Entre elas, estão a inclusão das operações com risco assumido por bancos privados nos benefícios oferecidos nas dívidas da securitização. Ficaram de fora, segundo o setor, cerca de R\$ 600 milhões em débitos dessa natureza.

Os parlamentares também querem criar um mecanismo permanente com descontos para a liquidação antecipada do passivo e incluir, no programa de saneamento de ativos (Pesa), rebates de quitação integral para os adimplentes. Querem, ainda, excluir o artigo que obriga os produtores inscritos na dívida ativa da União a confessar débito de forma "irretratável" e renunciar de ações judiciais questionando o passivo.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) já apresentou 75 emendas para auxiliar o aperfeiçoamento da MP. O foco principal está na alteração de prazos, juros e bônus das operações de custeio e investimento das últimas safras. "O produtor precisa de prazo maior para pagar parcelas menores. E os juros continuam muito altos para um setor considerado estratégico e de segurança ao país", diz o vice-presidente da CNA, deputado Homero Pereira (PR-MT).

O governo avisou que não aceitará mudanças radicais na MP. "A medida reúne o consenso do que era possível fazer. E a conclusão é bastante satisfatória", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega. E ameaça colocar sua base de apoio político no Congresso em ação contra propostas que levem à desfiguração da MP, como concessão de carências, prazos mais longos, descontos maiores ou juros mais baixos.

Ocorre que boa parte dos deputados da coalizão governista são também membros da bancada ruralista. É nesse cenário que as negociações para "aperfeiçoar" a MP serão realizadas.

Renegociação de dívidas terá despesa extra – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2008

O governo terá despesas extras de R\$ 228 milhões com a renegociação das dívidas agrícolas, além do impacto de R\$ 1,2 bilhão já anunciado. É que a regulamentação pelo CMN, divulgada ontem, trouxe benefícios adicionais que não estavam na MP que tratou do assunto.

Os agricultores têm até 30 de setembro para pedir a revisão das dívidas aos bancos e até 30 de dezembro para quitá-las com desconto ou pagar a primeira parcela.

Garantia-Safra atende agricultor atingido por enchente – Sítio Eletrônico do MDA – 30/05/2008

Além dos prejuízos causados pela seca, a partir de agora o Programa Garantia-Safra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai atender agricultores familiares que sofreram perda de safra por razão de excesso hídrico. Esta é a situação dos agricultores atingidos pelas enchentes ocorridas este ano no Nordeste. A mudança no seguro é parte das medidas anunciadas na última terça-feira (27) pelo Governo Federal.

A Medida Provisória 432, assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, autoriza, excepcionalmente na safra 2007/2008, o pagamento retroativo do benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perda de safra em razão das enchentes registradas nos estados da Região do Semi-Árido, que é a área de abrangência do Programa.

As formas de acessar os benefícios do seguro para caso de enchente e o número de agricultores que serão beneficiados com o pagamento retroativo anunciado pelo governo serão conhecidos a partir da regulamentação da MP.

Até a edição da Medida Provisória, o Garantia-Safra era destinado a atender agricultores familiares que vivem em municípios do Semi-Árido que declarassem perdas exclusivamente por motivo de estiagem. O coordenador do Programa na Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, José Arnaldo Brito, afirma que as mudanças climáticas registradas nos últimos anos na Região Nordeste motivaram os ajustes no Programa, criado em 2003. “É uma resposta para esses produtores que já sofriam com os prejuízos da seca, recorrente no Semi-Árido e que ultimamente têm sido afetados também por enchentes”, explica Brito.

Garantia-Safra - O Programa Garantia-Safra é um seguro de renda para os agricultores familiares que vivem em municípios do Semi-Árido onde é registrada perda de pelo menos 50% da produção esperada. Em 2008, cerca de 560 mil agricultores familiares

desta região já aderiram ao Programa. Além dos estados do Nordeste, o Garantia-Safra beneficia agricultores dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais.

O Garantia-Safra garante aos agricultores familiares um benefício no valor de R\$ 550,00, pagos em cinco parcelas de R\$ 110,00. Para participar do Garantia-Safra é preciso ser agricultor familiar do Semi-Árido, nos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ter renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio e cultivar área não-irrigada entre 0,6 e 10 hectares das culturas cobertas pelo seguro: arroz, algodão, feijão, mandioca e milho.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

